

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	4
5.3 - Descrição - Controles Internos	6
5.4 - Programa de Integridade	8
5.5 - Alterações significativas	11

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	12
10.2 - Resultado operacional e financeiro	32
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	38
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	42
10.5 - Políticas contábeis críticas	43
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	46
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	47
10.8 - Plano de Negócios	48
10.9 - Outros fatores com influência relevante	49

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A companhia possui Política de Gerenciamento de Riscos aprovada pelo Conselho de Administração em 29/05/2018.

- b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:
- i. os riscos para os quais se busca proteção

A Companhia busca proteção para os riscos abaixo relacionados. Conforme pode-se verificar, a descrição dada para os referidos riscos abrange os fatores descritos no item 4.1, deste formulário de referência:

Riscos estratégicos: são riscos associados com as decisões estratégicas da Companhia para atingir os seus objetivos de negócios e/ou decorrentes da falta de capacidade ou habilidade da Companhia para proteger-se ou adaptar-se a mudanças no ambiente.

Riscos operacionais: são aqueles decorrentes da inadequação, falha, deficiência ou fraude nos processos internos, pessoas ou ambiente de tecnologia, que possam dificultar ou impedir o alcance dos objetivos da empresa. Estes riscos estão associados tanto à execução das atividades da Companhia (relacionadas aos seus objetos sociais), bem como às demais áreas administrativas internas de suporte.

Riscos de mercado: são definidos como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da movimentação nos valores de mercado de posições detidas pela Companhia, considerando, inclusive, os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

Riscos de liquidez: são definidos como a possibilidade de a Companhia cumprir com as obrigações assumidas nos prazos acordados, inclusive as decorrentes de vinculações de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Riscos de crédito: são a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao financiamento concedido aos clientes na operacionalização dos negócios, além dos riscos de contraparte assumidos nas operações de tesouraria.

Riscos de imagem: são decorrentes das práticas internas, de outros riscos e fatores externos que possam gerar uma percepção negativa das empresas por parte dos clientes, acionistas, investidores, parceiros comerciais, entre outros, em suma, que possam gerar danos à reputação, credibilidade e marca da Companhia.

Riscos de conformidade (compliance): decorrem da inobservância das leis e normas aplicáveis aos negócios da Companhia, o que pode acarretar perda financeira por meio do pagamento de multas, indenizações, bem como acarretar danos à imagem e à credibilidade da Companhia no mercado.

- ii. os instrumentos utilizados para proteção

O processo de gestão de riscos da companhia foi definido com base na metodologia COSO, versão 2017 (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e buscando a integração com as normas ISO 9001 e ISO 31000, além de buscar a adequar a governança e gestão tecnologia da informação alinhadas ao COBIT (Control Objectives for Information and Related Technologies).

Cumprir esclarecer que a Companhia definiu as etapas do Gerenciamento de Riscos, que são atendidas pelos envolvidos no processo de acordo com as respectivas responsabilidades, descritas na política. Seguem as etapas do Gerenciamento de Riscos em ordem cronológica de cumprimento:

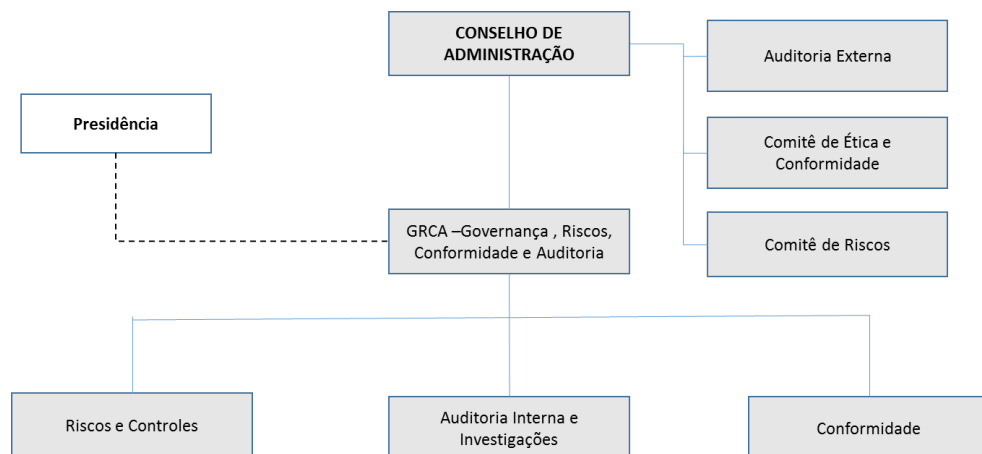
- 1) Identificação dos Riscos: definir o conjunto de eventos, externos e/ou internos, que possam impactar nos objetivos da Companhia, inclusive aqueles relacionados aos ativos intangíveis. Esse processo deve ser continuamente aprimorado e revisado para a atualização dos riscos da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- 2) Análise dos Riscos: verificar a origem dos eventos, causas, consequências e a probabilidade de efetivação das referidas consequências.
- 3) Avaliação dos Riscos: avaliar os impactos em caso de eventual ocorrência do risco, considerando as consequências financeiras ou de outras naturezas, quantificáveis ou não quantificáveis.
- 4) Tratamento dos Riscos: definir qual será o tratamento adotado, considerando, de acordo com o grau de Appetite a Riscos da Companhia, as seguintes possibilidades: evitar, mitigar, compartilhar ou aceitar.
- 5) Monitoramento dos Riscos: assegurar a eficácia e adequação dos controles internos estabelecidos e obter informações que proporcionem melhorias no processo de gerenciamento de riscos, por meio de avaliações contínuas e imparciais.
- 6) Informação e comunicação: comunicar, de forma clara e objetiva a todas as partes interessadas, os resultados de todas as etapas do processo de gerenciamento de riscos, contribuindo para o entendimento da situação atual e para a eficácia dos planos de ação.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A Companhia mantém uma área de Gerenciamento de Riscos, Conformidade e Auditoria (GRCA) responsável por monitoramento dos riscos da companhia, a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos está representada no organograma abaixo:



GRCA – Gerenciamento de Riscos, Conformidade e Auditoria. Referida diretoria se reporta diretamente ao Conselho de Administração, à Presidência e ao Comitê de Ética e Conformidade, e foi dividida em frentes de trabalho: (i) Conformidade (Compliance): tem por finalidade liderar o trabalho de monitoramento dos riscos de conformidade com o objetivo de mitigar e prevenir referidos riscos, bem como orientar os funcionários da empresa e terceiros sobre as normas internas da Companhia (ii) Gerenciamento de riscos responsável por liderar os trabalhos de monitoramento de riscos e eficácia dos controles internos com o objetivo de mitigar tais riscos; (iii) Auditoria Interna tem por finalidade investigar denúncias e/ou indícios de fraudes ou descumprimentos das políticas internas da Companhia, por meio da análise dos resultados obtidos nos testes de investigação e através do gerenciamento do Canal de Denúncia da Companhia.

Comitê de Ética e Conformidade: sua criação foi aprovada pelo Conselho de Administração, órgão ao qual se reporta. tem por objetivo assessorar o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva: (i) no cumprimento, disseminação

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

e atualização do Código de Conduta e normas internas da Companhia, (ii) na análise, aplicação de medidas disciplinares, recomendação e acompanhamento de ações preventivas para os casos de violação à legislação nacional aplicável aos negócios da Companhia, principalmente o cumprimento da Lei nº 12.846/2013 – Lei Anticorrupção – e demais leis que proíbem práticas de suborno, fraude, oferecimento ou recebimento de vantagem indevida e (iii) avaliar a eficiência e eficácia do Programa de Conformidade, e a sua aderência aos requisitos exigidos pelo Decreto nº 8.420/2015 e demais normas que tratam sobre o tema, visando enraizar a cultura de conformidade, a mitigação e a prevenção de riscos e prejuízos, (iv) analisar e validar sugestões de alteração das Políticas Anticorrupção da Companhia; (v) analisar e validar pedidos de doações e patrocínios à órgãos da Administração Pública; (vi) avaliar e julgar, quando o caso, ações e omissões: a) dos colaboradores da Companhia e b) que envolvam terceiros, fornecedores, prestadores de serviços, parceiros e consultores de negócios que mantenham alguma relação com a Companhia.

- c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada. Conforme descrito na Política de Gerenciamento de Riscos, a Companhia separa áreas, funções e profissionais, definindo de forma clara as responsabilidades de cada um e estabelecendo limites para estas responsabilidades.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.

A Companhia não possui uma política específica formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, no entanto, tem como prática analisar e monitorar constantemente esses riscos que possam impactar de forma adversa suas operações e resultados, e implementar processos e instrumentos necessários para o gerenciamento dos mesmos, conforme descrito abaixo:

b) Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

i. Riscos para os quais se busca proteção.

Apesar da Companhia não possuir uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, ela busca proteção para o risco de variação cambial, taxa de juros e inflação através da contratação de instrumentos de "Hedge", devidamente avaliados pelo Comitê Financeiro. Essas contratações estão subordinadas à autorização do Conselho de Administração.

Risco de câmbio

A Companhia possui a maioria de sua receita e despesa em moeda local, sendo que menos de 1% da receita bruta total provem de sucursais do exterior. Qualquer instrumento gerador de risco adicional é objeto de análise e busca de proteção patrimonial.

A Companhia possui dívidas indexadas em USD (dólares americanos), para os quais foram contratados instrumentos de "Swaps" para "Hedge" à exposição cambial.

Risco de inflação

Os contratos de serviços prestados pela Companhia possuem fórmula paramétrica de indexação dos seus custos com reajuste anual.

Risco de oscilações nas taxas de juros

A Companhia monitora as flutuações das taxas de juros periodicamente e pode, se julgar adequado, operar com derivativos com objetivo de proteção patrimonial.

ii. Estratégia de proteção patrimonial (hedge).

A Companhia monitora diariamente os fatores de riscos a ela exposta através de sistemas de informação e consultoria especializada, realiza estudos de impacto de fluxo de caixa, análise de sensibilidade e testes de efetividade antes de contratar qualquer instrumento de proteção patrimonial.

iii. Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge).

A Companhia utiliza o instrumento Swap o qual protege e reflete integralmente suas obrigações correntes representativas, com o objetivo único e específico de proteção patrimonial e previsibilidade de fluxo de caixa.

A Companhia pode avaliar diferentes instrumentos que tenham melhor efetividade, aumentem a liberdade de decisão com o objetivo único e específico de proteção patrimonial e previsibilidade de fluxo de caixa, sendo a sua contratação subordinada a aprovação do Conselho de Administração.

Entre os instrumentos possíveis podemos incluir os mercados futuros padronizados e organizados, non deliverable forwards, opções de compra e venda desde que não exista descasamento entre o notional das opções e objeto de proteção patrimonial.

A contratação de um derivativo / instrumento de proteção patrimonial é subordinada a aprovação do Conselho de Administração, com o objetivo único e específico de proteção patrimonial e previsibilidade de fluxo de caixa.

iv. Os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia está em processo de revisão de suas normativas de gerenciamento de riscos de mercado o qual incluirá os parâmetros para gerenciamento de riscos de mercado, entre eles, riscos de câmbio, juros e inflação.

v. Se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros com o objetivo único e específico de proteção patrimonial e previsibilidade de fluxo de caixa.

vi. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia está em processo de revisão de suas normativas de gerenciamento de riscos de mercado a qual definirá a estrutura organizacional de gerenciamento de risco.

c. A adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

A Companhia não adota uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, no entanto a Companhia contratou o sistema externo de empresa Homologada como uma consultoria de valores mobiliários junto à CVM e especializada na apuração dos valores de saldo accrual e a mercado de instrumentos financeiros como agente de cálculo externo e independente, a fim de validar de forma independente as metodologias internas de cálculo, precificação e marcação a mercado dos valores refletidos em suas demonstração financeira.

Adicionalmente, a Companhia possui um Comitê Financeiro, que se reúne mensalmente e apoia o Conselho de Administração nas matérias relacionadas à riscos de mercado.

A Companhia está em processo de revisão de suas normativas de gerenciamento de riscos de mercado.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

A Companhia implementou e mantém controles internos de modo a fornecer aos seus acionistas e demais terceiros que mantêm relacionamento com a Companhia razoável segurança sobre a confiabilidade de suas demonstrações e demais informações financeiras, pautando-se, para tanto, em regras contábeis emitidas por órgãos e entidades nacionalmente reconhecidas, tais como os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e as normas contábeis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

a. práticas da organização relativas ao seu sistema de controles internos, que monitora processos operacionais e financeiros, inclusive os relacionados com a gestão de riscos e de conformidade (compliance), fazendo comentários sobre o grau de eficiência e ações em andamento para aperfeiçoar os níveis de controle da organização

Os Diretores da Companhia informam que os controles internos utilizados pela Companhia objetivam: (i) a manutenção de registros que, em detalhe razoável e de forma rigorosa e justa, registra transações e disposições dos ativos da empresa; (ii) o fornecimento de segurança razoável de que as transações são registradas conforme necessário para permitir a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil; e (iii) o fornecimento de uma garantia razoável relativa à prevenção ou detecção e impedimento de alienação não autorizada, de ativos da companhia que poderia ter um efeito significativo nas demonstrações contábeis.

Ressalta-se a aprovação da Política de Gerenciamento de Riscos pelo Conselho de Administração que estabelece princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gestão dos riscos corporativos, de forma a possibilitar a adequada identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação. Neste documento, a Companhia esclarece as responsabilidades de todos os envolvidos no processo, a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos e a metodologia utilizada.

b. descrever a estrutura de gerenciamento de controles internos, indicando os órgãos da administração envolvidos, suas responsabilidades e o relacionamento entre eles

A Gerência de Contabilidade e a Diretoria de Controladoria são as áreas responsáveis pela elaboração das Demonstrações Financeiras da Companhia, com adoção dos princípios contábeis aplicáveis e observância das boas práticas de controles internos. Durante o processo de elaboração das Demonstrações Financeiras, o conjunto de processos que regem nossos procedimentos de controles internos são executados, a fim de fornecer confiabilidade para a informação contábil e financeira registrada. A Diretoria Executiva Administrativa e Financeira, principal área responsável pela preparação e revisão das Demonstrações Financeiras da Companhia, reporta suas constatações ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal.

A estrutura de gestão de riscos e conformidade pode ser encontrada no item 5.1 deste formulário de referência.

c. como o Grau de eficiência de controles internos é supervisionado e reportado dentro da organização, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo acompanhamento da evolução das práticas e das deficiências de controles internos ao longo do tempo

A Diretoria Executiva da Companhia é responsável pela gestão de indicadores financeiros e operacionais, que são monitorados por meio de reuniões mensais de resultado, nas quais as Diretorias e Gerências de negócio da Companhia apresentam o desempenho de cada segmento da Companhia. A área de gestão integrada, responsável pela formalização de processos e controles, presta suporte à Diretoria Executiva no monitoramento de referidos indicadores. No caso de deficiências, planos de

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

ação são traçados, com objetivos e metas, e são acompanhados mensalmente pela área de gestão integrada e discutidos nas reuniões de resultado, com supervisão da Diretoria Executiva.

Desde janeiro de 2017 a área de GRCA, por meio do que foi listado no item 5.3, "a", iniciou trabalho de identificação de riscos e controles. As deficiências são reportadas para o gestor responsável pelo processo avaliado, o qual apresenta o(s) plano(s) de ação adequado(s) e estipula prazos para o cumprimento do(s) mesmo(s), tais planos são monitorados pela área de GRCA e os resultados reportados para o Comitê de Auditoria e Gerenciamento de Riscos

d. deficiências e recomendações indicadas pelo auditor independente, em linha com o relatório do auditor previsto na ICVM 308/99

Os auditores externos conduziram um estudo e avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos.

Embora a carta de controles internos não tenha apontado algo que comprometa a divulgação das Demonstrações Financeiras da Companhia, os pontos levantados no estudo representam oportunidades de aprimoramento que serão endereçadas às áreas competentes, com objetivo de melhoria contínua.

e. Comentários dos Diretores sobre as medidas adotadas, ou a serem adotadas, para corrigir as deficiências reportadas no item 5.3.d

A Administração concorda com o relatório do auditor independente sobre os controles internos da Companhia relacionados ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Embora os pontos reportados no estudo não comprometam a divulgação das Demonstrações Financeiras da Companhia, a Diretoria avaliou detalhadamente referidos pontos e envidará os esforços necessários a fim de endereçá-los ao constante aprimoramento dos controles internos e sistemas informatizados da Companhia.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

Em novembro de 2016 a Controladora da Companhia, abrangendo suas atividades deu início ao Programa de Conformidade com a função de prevenir, detectar, remediar a ocorrência de desvios, fraudes, irregularidade e atos ilícitos, principalmente no ambiente público e fortalecer os princípios éticos e padrões de transparência.

Em relação à interação da Companhia com a Administração Pública, o Programa de Conformidade foi construído com base nos ditames do Decreto nº 8.420/2015, que regulamenta a Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), e nos pilares e normas estabelecidas pelo Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União - CGU.

A Companhia possui políticas voltadas à prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a Administração Pública, sendo: (i) Código de Conduta e (ii) Política Anticorrupção, da Companhia composta pelas políticas: Brinde, Presente, Entretenimento e Hospitalidade; Doações e Patrocínios; Participação em Licitações Públicas e Interação com o Poder Público,

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

Além das políticas elencadas no item acima, a Companhia adota outros procedimentos e mecanismos para referida finalidade, quais sejam: (i) Treinamento do novo Código de Conduta, do novo canal de Denúncia, da Lei Anticorrupção e das Políticas Anticorrupção da Companhia, aplicado aos funcionários, (ii) criação da "Linha Transparente", canal gratuito criado para dirimir dúvidas sobre o Programa de Conformidade, acessível ao público interno e externo, (iii) instalação de linha telefônica monitorada utilizada pelos funcionários do departamento de licitação, (iv) treinamentos específicos sobre interação com a Administração Pública e licitações públicas a departamentos que são envolvidos nestes temas, (v) comunicações quinzenais sobre pontos do Código de Conduta e as Políticas Anticorrupção, (vi) avaliação, pela área de Conformidade, de doações e patrocínios feitos para órgãos públicos, (vii) início da aplicação do processo de homologação de terceiros que são contratados pela Companhia para prestarem serviços que compreendem interação com órgãos públicos.

Os procedimentos e políticas são reavaliados de acordo com a necessidade identificada pela Área de GRCA e pelo Comitê de Ética e Conformidade, contudo, em relação às políticas, o Sistema de Gestão exige sejam revisadas anualmente, no mínimo.

Atualmente os riscos não são reavaliados.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

O organograma das estruturas envolvidas consta no item 5.1.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Em complemento, esclarece-se que tanto a criação da Área de GRCA quanto do Comitê de Ética e Conformidade foi aprovada pelo Conselho de Administração.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

A Controladora da Companhia possui Código de Conduta desde 2010, tendo sido revisado pela última vez em novembro de 2016. Atualmente a Companhia faz uso do conteúdo do Código da Controladora com as devidas adaptações.

A última alteração do Código de Conduta foi aprovada pelo Comitê de Ética e Conformidade e pelo Conselho de Administração.

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código de Conduta se aplica a todo público interno e externo.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema**

Os funcionários recebem o primeiro treinamento no momento da contratação/integração e um treinamento anual.

Anualmente os principais executivos se reúnem com o objetivo de alinhar os atingimentos e metas da companhia, onde neste momento, é reservada uma pauta específica para a apresentação dos itens do programa de Conformidade e Ética.

No evento anual de vendas, onde também são reunidas as principais lideranças da companhia, temos uma pauta reservada para a aplicação de treinamento dos itens relacionados ao Código de Ética.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

As sanções aplicáveis são as previstas pela legislação trabalhista e estão esclarecidas na Política de aplicação de Medidas Disciplinares da Controladora.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A revisão do Código de Conduta foi aprovada pelo Comitê de Ética e Conformidade, em 07/10/2016 e pelo Conselho de Administração em 30/11/2016. O Código de Conduta pode ser encontrado no *link*: https://www.movida.com.br/codigo_de_conduta.pdf

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

Em novembro de 2016 o canal de denúncia foi terceirizado, para uma empresa de mercado totalmente independente, sigiloso e seguro, visando dar maior credibilidade ao anonimato do denunciante e tornar mais eficiente o retorno da apuração da denúncia.

Assim é garantida a possibilidade de acompanhamento da denúncia pelo denunciante, inclusive quando a denúncia é feita de forma anônima. Por meio de sistema eletrônico, todo o processo de tratativa da denúncia é evidenciado.

O fluxo de funcionamento garante a imparcialidade e a não ocorrência de conflitos de interesse no recebimento das denúncias.

O canal funciona 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, sendo conferida ao denunciante a possibilidade de formalizar sua denúncia por telefone, site e e-mail, canais administrador exclusivamente pela empresa terceirizada.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O canal está disponível para o público interno e externo.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé**

As denúncias são recebidas por empresa terceirizada e a Companhia não tem acesso a qualquer informação do denunciante.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

As denúncias são recebidas pela empresa terceirizada que administra o canal e transmitidas para a área de Auditoria Interna, que dará andamento nas tratativas. Cumpre ressaltar que as denúncias envolvendo membros de Comitê de Ética e Conformidade, a Presidência e a Diretoria são encaminhadas ao Conselho de Administração e as denúncias envolvendo funcionários da Área de GRCA são encaminhadas para o Comitê de Ética e à Presidência.

- **c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas**

Na ocorrência dos casos citados, a companhia efetua a contratação de serviços especializados (consultorias, auditorias e avaliações jurídicas) para os processos de "Due Diligence" de todos os aspectos necessários para a avaliação dos riscos nas operações.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Quanto à política de gerenciamento de riscos, a Companhia informa que em 29/05/2018 referida política foi aprovada pelo Conselho de Administração.

Nos termos do que fora esclarecido no item 5.1, e 5.3, a política de gerenciamento de riscos adotada pela companhia tem como objetivo estabelecer princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gestão dos riscos corporativos, de forma a possibilitar a adequada identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação. A política dispõe, ainda, sobre: as definições utilizadas pela Companhia como premissas para entendimento dos processos e procedimentos adotados, a metodologia utilizada, a estrutura organizacional, as responsabilidades dos funcionários.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Apresentação das Demonstrações Financeiras da Companhia

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia.

Os Diretores esclarecem que nos itens 10.1 a 10.8 deste Formulário de Referência serão apresentadas informações históricas relativas ao balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015.

Os Diretores ressaltam que as informações financeiras contidas e analisadas a seguir são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") e com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* – "IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela CVM.

Em 07 de fevereiro de 2017, foi concedido o registro de oferta pública pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, tendo início a negociação das suas ações em bolsa no dia 08 de fevereiro de 2017 sob o ticker MOVI3 no segmento Novo Mercado de governança corporativa.

Em 17 de agosto de 2017, foi anunciada a aquisição da empresa "Fleet Services", posteriormente denominada "Movida Premium" no segmento de locação corporativa de veículos premium, tais como Audi, BMW, Mini, Jaguar, Land Rover e Porsche, possuindo frota composta por 153 veículos de luxo, com alto valor agregado, com receita por carro 5 vezes maior do que um veículo popular.

(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Em 16 de agosto de 2016, a Companhia e a JSL divulgaram fato relevante informando sobre a intenção de realizar uma reestruturação societária mediante a transferência de certos ativos compostos de veículos, máquinas, equipamentos, contas a receber e obrigações financeiras correlatas da Movida GTF para a JSL através de uma cisão parcial e incorporação da parcela cindida pela JSL. Os Diretores da Companhia comentam que o objetivo da referida operação foi readequar as linhas de negócio da Companhia com a alocação dos ativos e passivos para as empresas que desenvolvem atividades correspondentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Movida reportou uma receita bruta total de R\$2,6 bilhões. Para suportar o crescimento das suas operações, a Companhia investiu R\$2,1 bilhões em 2017, sendo R\$507,2 milhões para expansão dos negócios, destes, R\$506,7 milhões em frota e R\$0,4 milhão em novos pontos, além de R\$1,6 bilhão adicionais em renovação de frota.

Em 2016, a Movida reportou uma receita bruta total de R\$1,9 bilhão. Para suportar o crescimento das suas operações, a Companhia investiu R\$1,7 bilhão em 2016, sendo R\$834,0 milhões para expansão dos negócios, destes, R\$824,1 milhões em frota e R\$9,9 milhões em novos pontos, além de R\$896,3 milhões adicionais em renovação de frota.

Em 2015, a Movida reportou uma receita bruta total de R\$1,2 bilhão. Para suportar o crescimento das suas operações, a Companhia investiu R\$1,4 bilhão, sendo composto principalmente por R\$918,1 milhões para expansão dos negócios, destes, R\$901,7 milhões em frota e R\$16,4 milhões em novas lojas, além de R\$475,9 milhões adicionais em renovação da frota operacional.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os Diretores entendem que a frota da Companhia é composta por ativos de alta liquidez, com baixa idade média. A maior parte dos investimentos em expansão da Companhia foi direcionada para a frota, ressaltando que os investimentos de expansão contribuem apenas parcialmente para a receita e a geração de caixa do ano em que é executado, distorcendo assim, as margens e os retornos da Companhia quando comparado a uma situação sem investimentos adicionais em expansão.

Em 31 de dezembro de 2017, o total do caixa e aplicações financeiras da Companhia era de R\$783,6 milhões. O endividamento bruto era de R\$1,9 bilhão, representando uma dívida líquida de R\$1,1 bilhão. O endividamento de curto prazo da Companhia em 31 de dezembro de 2017 foi R\$823,6 milhões e, desta forma, o caixa disponível era equivalente a 1,0x a dívida de curto prazo. Vale ressaltar que, em 31 de dezembro de 2017, o imobilizado líquido da Companhia era de R\$2.799,6 milhões, composto primordialmente por veículos leves, que tem consistentemente apresentado um mercado secundário líquido.

Em 31 de dezembro de 2016, o total do caixa e aplicações financeiras da Companhia era de R\$123,5 milhões. O endividamento bruto foi de R\$1.040,2 milhões, representando uma dívida líquida de R\$916,7 milhões. O endividamento de curto prazo da Companhia foi de R\$511,2 milhões e, desta forma, o caixa disponível era equivalente a 0,2x. Vale ressaltar que, em 31 de dezembro de 2016, o imobilizado líquido da Companhia era de R\$2.202,9 milhões.

Em 31 de dezembro de 2015, o total do caixa e aplicações financeiras da Companhia era de R\$483,9 milhões. O endividamento bruto foi de R\$1.274,0 milhões, representando uma dívida líquida de R\$790,1 milhões. O endividamento de curto prazo da Companhia era de R\$715,5 milhões e, desta forma, o caixa disponível era equivalente a 0,7x a dívida de curto prazo. Vale ressaltar que, em 31 de dezembro de 2015, o imobilizado líquido da Companhia era de R\$1.652,2 milhões.

A seguir, são apresentadas a geração de caixa livre da Companhia antes do investimento em crescimento e o fluxo de caixa antes do pagamento de juros e dividendos. Estas aberturas mostram que as atividades operacionais sem considerar os investimentos para expansão, geraram caixa positivo no período. Vale ressaltar que os EBITDAs observados nos períodos também estão impactados pelos efeitos do crescimento, devido ao tempo de maturação dos investimentos efetuados e à demanda das novas lojas por custos pré-operacionais, enquanto ainda não estão gerando receitas.

Fluxo de Caixa - Antes do Crescimento e Juros (em R\$ milhões)	2015	2016	2017
EBITDA	279¹	269	326
Custo não caixa	563	973	1.376
Varição de Ativos e Passivos ²	121	361	(48)
Geração Caixa relacionado às atividades da Companhia	963	1.604	1.654
Capex Renovação ³	(476)	(906)	(1.582)
Caixa Gerado antes do Crescimento e dos Juros	487	698	73
Capex de expansão ³	(918)	(834)	(507)
Fluxo de Caixa Livre para Firma	(431)	(136)	(435)

¹ Referente ao Custo de venda de ativos utilizados na prestação de serviços

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

² Movimentações das seguintes contas do Balanço Patrimonial: Contas a receber, Impostos a Recuperar, Outros créditos, Despesas do exercício seguinte, Partes Relacionadas, Depósitos judiciais, Bens disponibilizados p/ venda, Fornecedores,

Obrigações trabalhistas, Obrigações Tributárias, Créditos tributários diferidos, Contas a Pagar e Adiantamentos, Provisão para Contingências, Provisão tributárias

Um fator relevante para compreender as condições financeiras e patrimoniais da Companhia é a flexibilidade na gestão dos seus investimentos, principalmente em RAC, em que os ativos a serem renovados podem ser definidos de acordo com a categoria, não sendo vinculados a um modelo específico de veículo.

Além disso, no caso de GTF, o modelo de negócios da Companhia em tal segmento presume que os investimentos são necessariamente atrelados a contratos assinados, que garantem a geração de caixa futura das operações. No caso de RAC, por sua vez, o investimento está atrelado à demanda do mercado, sendo que a Companhia faz seus planos de expansão de frota buscando atender a expectativa de demanda com manutenção nas taxas de ocupação. No caso de uma possível retração de mercado, a Companhia também está preparada para ajustar sua frota de forma rápida e fácil, devido à alta liquidez usual de seus ativos, utilizando a linha de negócios de Seminovos como suporte. Sendo assim, a Companhia pode definir os investimentos em expansão, da mesma maneira que pode escolher o melhor momento para a compra e venda de seus ativos para renovação, sem que isto seja prejudicial aos custos com manutenção, tendo em vista a baixa idade média de sua frota.

A Diretoria entende que a Companhia apresentou, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, condições financeiras, patrimoniais e suporte suficientes para implementar o seu plano de negócio e cumprir as suas obrigações de curto, médio e longo prazo, conforme demonstrado abaixo:

Indicador	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017
Liquidez imediata ¹	0,4	0,1	0,5
Liquidez corrente ²	0,7	0,4	0,7
Liquidez seca ³	0,6	0,2	0,6
Estrutura de capital ⁴	2,3	2,9	2,1
Endividamento Financeiro ⁵	1,6	1,4	1,4

¹ Caixa e equivalente de caixa+ títulos e valores mobiliários / passivo circulante.

² Ativo circulante / passivo circulante.

³ Caixa e equivalente de caixa + títulos e valores mobiliários + contas a receber (circulante) / passivo circulante.

⁴ Passivo circulante + passivo não circulante / patrimônio líquido.

⁵ Empréstimos e financiamentos + debêntures + arrendamento financeiro (circulante e não circulante) + risco sacado a pagar – Montadoras / patrimônio líquido.

(b) Estrutura de capital

Os Diretores da Companhia entendem que a Companhia possui estrutura de capital e suporte adequada ao cumprimento de suas obrigações de curto, médio e longo prazo e à condução de suas operações.

Apresenta-se abaixo a relação entre o capital próprio (patrimônio líquido) e o capital de terceiros para os períodos indicados.

Estrutura de capital (R\$ milhões)	Exercício social encerrado em 31/12/2015	Exercício social encerrado em 31/12/2016	Exercício social encerrado em 31/12/2017
Patrimônio Líquido (a)	794,5	721,8	1.284,8
Passivo circulante + Passivo não circulante (b)	1.824,1	2.067,9	2.721,6
Ativo total (c)	2.618,6	2.789,7	4.006,5
% Capital Próprio (a)/(c)	30,3%	25,9%	32,1%
% Capital de Terceiros (b)/(c)	69,7%	74,1%	67,9%

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O capital de terceiros da Companhia é representado por empréstimos e financiamentos, debêntures, arrendamento mercantil e risco sacado descontado do caixa e aplicações financeiras, conforme demonstrado abaixo:

(R\$ milhões)	Exercício social encerrado em 31/12/2015	Exercício social encerrado em 31/12/2016	Exercício social encerrado em 31/12/2017
Caixa e aplicações financeiras	(483,9)	(123,5)	(783,6)
Dívida bruta de curto prazo	715,5	511,2	823,6
Dívida bruta de longo prazo	558,5	529,0	1.037,4
Dívida Bruta	1.274,0	1.040,2	1.861,0
Dívida líquida	790,1	916,7	1.077,4

A diretoria da Companhia entende que a atual estrutura de capital apresenta níveis aceitáveis de alavancagem, especialmente considerando o perfil do negócio e a estratégia de crescimento adotada pela Companhia, que tem demandado investimentos em ativos que em geral possuem um mercado secundário líquido.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía o patrimônio líquido no valor de R\$1,3 bilhão. A relação dívida líquida pelo patrimônio líquido foi de 0,8x no período.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía o patrimônio líquido no valor de R\$721,8 milhões. A relação dívida líquida pelo patrimônio líquido foi de 1,3x no período.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía o patrimônio líquido no valor de R\$794,5 milhões. A relação dívida líquida pelo patrimônio líquido foi de 1,0x no período.

Em 2017 Companhia registrou EBITDA de R\$326,3 milhões, o que se traduziu em múltiplos em relação à dívida líquida de 3,3x nesse mesmo período. Em 2016, a Companhia registrou EBITDA de R\$269,1 milhões, o que se traduziu em múltiplos em relação à dívida líquida de 3,4x nesse mesmo período. Para mais informações sobre o EBITDA veja item 3.2 deste Formulário de Referência. Em 2015, a Companhia registrou EBITDA de R\$269,1 milhões, o que se traduziu em múltiplos em relação à dívida líquida sem risco sacado de 2,8x nesse mesmo período. Para mais informações sobre o EBITDA veja item 3.2 deste Formulário de Referência.

Dessa forma, a tabela a seguir apresenta os principais índices de alavancagem da Companhia:

Saldos	Período de doze meses findo em 31/12/2015	Período de doze meses findo em 31/12/2016	Período de doze meses findo em 31/12/2017
Dívida líquida / EBITDA	2,8 x	3,4 x	3,3 x
Dívida líquida / Patrimônio Líquido	1,0 x	1,3 x	0,8 x

Para fins de reconciliação do EBITDA do exercícios findo em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 seguem os valores abaixo:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

(R\$ milhões, exceto os percentuais)	Exercício findo em 31 de dezembro de 2015	Exercício findo em 31 de dezembro de 2016	Exercício findo em 31 de dezembro de 2017
Lucro líquido	53,7	32,2	65,7
Despesas Financeiras	107,8	192,4	217,7
Receitas Financeiras	-28,3	-50,4	(55,9)
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	18,8	17,2	24,6
EBIT	152,0	191,3	252,1
Depreciação e Amortização	101,4	77,8	74,7
EBITDA¹	253,5	269,1	326,8
Margem EBITDA²	43,8%	31,4%	32,1%

¹ Lucro antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, do imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. Considera os montantes referentes às operações descontinuadas. O EBITDA não é uma medida definida nas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não representa o fluxo de caixa para os exercícios apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido, como indicador do desempenho operacional da Companhia ou como substituto do fluxo de caixa ou como indicador de liquidez da Companhia. O EBITDA está calculado conforme instrução da CVM 527/12.

² EBITDA dividido pela receita líquida de serviço do período (considerando as operações descontinuadas).

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros

Os Diretores da Companhia entendem que a Companhia possui capacidade de pagamento de todos os seus compromissos financeiros, apresentando uma posição de caixa adequada. A dívida da Companhia é composta principalmente por financiamentos para aquisição de veículos e linhas de capital de giro, as quais serão quitadas com a geração operacional de caixa e com os recursos oriundos das vendas de ativos.

A Companhia apresentou posição de caixa e aplicações financeiras de R\$783,6 milhões em 31 de dezembro de 2017, R\$123,5 milhões em 31 de dezembro de 2016 e R\$483,9 milhões em 31 de dezembro de 2015. A dívida bruta de curto prazo da Companhia era de R\$823,6 milhões em 31 de dezembro de 2017, R\$511,2 milhões em 31 de dezembro de 2016 e R\$715,5 milhões em 31 de dezembro de 2015.

A tabela abaixo apresenta o cronograma para pagamento da dívida bruta em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015:

	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017
Dívida Bruta	Total	Total	Total
Circulante	715,5	511,2	823,6
Não Circulante	558,5	529,0	1.040,7
2016			
2017	64,8		
2018	472,6	358,8	
2019	11,6	53,1	444,8
2020	4,2	112,5	323,0
2021	0,7	1,3	269,6
2022 em diante	4,6	3,3	3,3
Total	1.274,0	1.040,2	1.864,4

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A Companhia capta recursos por meio de contratos financeiros, quando necessário, que são empregados no financiamento de suas necessidades de capital de giro e investimentos de curto e longo prazo.

Para a aquisição de veículos leves e utilitários, a Companhia privilegia a compra a prazo junto às montadoras e à vista com recursos próprios, financiados por debêntures e linhas de capital de giro sem qualquer garantia, de forma a usufruir da flexibilidade de um giro mais eficiente da frota. A Companhia utiliza também, porém em menor escala, o *leasing* financeiro. Para a aquisição de veículos pesados novos nacionais, a Companhia utilizou linhas de FINAME.

Em 2017 a Companhia captou mais de R\$1 bilhão de linhas de empréstimo como Debênture, NP, FNE, para fazer frente aos investimentos de 2017 e pagamentos de dívida de curto prazo junto ao mercado de capitais e instituições financeiras com prazos mais longos e custos mais atraentes.

Os Diretores da Companhia acreditam que o fluxo de caixa operacional, aliado às iniciativas recorrentes de alongamento negociadas, como a 1ª Emissão de Debêntures simples da Movida Participações S.A., em 05 de julho de 2017, no montante de R\$400,0 milhões, serão suficientes para que a Companhia faça frente às suas necessidades de liquidez futura.

Os Diretores da Companhia esclarecem, por fim, que estas iniciativas são recorrentes e seguem o curso normal dos negócios da Companhia dentro de uma gestão prudente do passivo financeiro. O prazo médio do endividamento da Movida em 31 de dezembro de 2017 era de 2,0 anos, 31 de dezembro de 2016 era de 1,8 ano, em 31 de dezembro de 2015 era de 2,7 anos.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Os Diretores da Companhia informam que o financiamento do capital para reforço da liquidez no que diz respeito à necessidade de capital de giro foi captado pela Companhia através da abertura de seu capital na bolsa de valores, em fevereiro de 2017. Além disso, serão utilizados recursos provenientes de contratos financeiros junto às instituições financeiras de primeira linha e/ou através de instrumentos financeiros junto ao mercado de capitais, tanto local como exterior, quando necessário. Os financiamentos da aquisição de ativos não circulantes, em especial para a prestação de serviços, continuarão sendo feitos através de linhas específicas de acordo com as características do bem adquirido, sendo que, para a aquisição de veículos leves e utilitários, a Diretoria da Companhia continuará utilizando recursos próprios com linhas de capital de giro sem garantias, a fim de usufruir da flexibilidade de um giro mais eficiente da frota, e em menor escala utiliza o *leasing* financeiro.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

O saldo referente a Arrendamentos Mercantis ("*Leasing*") em 31 de dezembro de 2015 era de R\$142,0, em 31 de dezembro de 2016 era de R\$113,4 milhões a uma taxa de juros média de 17,5% a.a. indexados à taxa DI e em 31 de dezembro de 2017 era de R\$64,1 milhões a uma taxa de juros média de 10,67% e com último vencimento em 2020.

Para as aquisições de veículos pesados, operações descontinuadas, a Companhia, por meio de suas subsidiárias, utilizou principalmente o Finame que, em 31 de dezembro de 2015 representou R\$22,0 milhões, a uma taxa de juros média de 6,5% a.a.; e em 30 de setembro de 2016, R\$11,8 milhões, a uma taxa de juros média de 6,4% a.a..

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A Companhia contrata operações de risco sacado (*confirming*) junto a algumas instituições financeiras e apresenta essas operações em suas demonstrações financeiras na rubrica de risco sacado montadoras, segregando as referidas operações da rubrica fornecedores. Essa operação visa alongar o prazo de pagamentos aos fornecedores por meio de uma instituição financeira. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de risco sacado a pagar era de R\$228,8 milhões, em 31 de dezembro de 2016 era de R\$433,1 milhões e R\$594,2 milhões em 2015.

Em 08 de junho de 2015, a Movida Locação emitiu uma CCB junto Banco do Brasil S.A., no valor de R\$70,0 milhões, com vencimento em 05 de junho de 2018, pagamento anual de juros e custo de 114% da taxa média de Certificados de Depósito Interbancários ("taxa DI"). A CCB conta com aval da JSL S.A. e prevê hipóteses de vencimento antecipado usuais, como, por exemplo, na hipótese de: (a) a Movida Locação sofrer protesto cambiário no em valor superior a R\$8,0 milhões; (b) sofrer ação judicial ou procedimento fiscal capaz de colocar em risco as obrigações assumidas; (c) a Movida Locação ou a JSL S.A. tornarem-se inadimplente em outras obrigações junto ao Banco do Brasil S.A.. A referida CCB não estabelece *covenants* financeiros. O referido empréstimo prevê amortização anual de R\$23,3 milhões e pagamento de juros trimestrais.

Em 11 de dezembro de 2015, a Movida GTF contratou operação Leasing junto ao Santander Leasing S.A. no valor de R\$6.386.913,00, com fiança da JSL S.A., custo de 100% da taxa DI, em caso de inadimplemento, amortização mensal e vencimento em 11 de dezembro de 2020.

Em 24 de setembro de 2015, foi aprovada a emissão da 1ª Debêntures Simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, com garantia fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Movida GTF, com emissão em 24 de setembro de 2015. Tal operação compreende a emissão de 30.000 debêntures, no valor nominal unitário de R\$10.000,00, perfazendo o valor total de R\$300,0 milhões com vencimento em 24 de setembro de 2018. A emissão é composta por uma remuneração correspondente a 100% da variação acumulada da taxa DI acrescida de um spread de 1,93%. O valor nominal unitário das debêntures será amortizado em uma única parcela na data de vencimento. A escritura da referida emissão possui cláusulas de vencimento antecipado, destacando-se o estabelecimento de *covenants* financeiros à JSL, controladora da Companhia, a qual deve manter o índice obtido da divisão da Dívida Financeira Líquida pelo EBITDA Ajustado (EBITDA Ajustado) igual ou inferior a 3,5 vezes por todo o período das Debêntures, devendo ser apurado considerando o período acumulado dos últimos 12 meses, e o EBITDA Ajustado (EBITDA Ajustado) igual ou superior a 2 vezes a despesa financeira líquida correspondente aos encargos da dívida, acrescidos das variações monetárias, deduzidas as rendas de aplicações financeiras dos últimos 12 meses, considerando que:

- (a) Dívida Financeira Líquida significa o saldo total dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo da Emissora, incluídas as Debêntures, risco sacado e quaisquer outros títulos ou valores mobiliários representativos de dívida subtraídos os valores em caixa e em aplicações financeiras de curto prazo, entendidas como as aplicações financeiras que possuam liquidez diária em até 360 dias; e
- (b) EBITDA Ajustado significa o lucro antes do resultado financeiro, tributos, depreciações, amortizações, imparidade dos ativos e equivalências patrimoniais, acrescido do custo de venda dos ativos utilizados na prestação de serviços, desconsiderando as operações descontinuadas.

Em 31 de março de 2017, a Movida Locação de Veículos efetuou uma captação por meio de Cédula de Crédito Bancário ("CCB"), junto ao Banco do Brasil S.A., no valor de R\$100,0 milhões, ao custo de 120% da taxa DI Over ("CDI Over") e vencimento em 20 de março de 2020. Este financiamento possui pagamento trimestral dos juros (com três meses de

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

carência), e amortização do principal em parcela única na data do vencimento da dívida. A CCB conta com aval/fiança da Movida Participações S.A. e da Movida Gestão e Terceirização de Frotas S.A e prevê hipóteses de vencimento antecipado usuais, porém não estabelece *covenants* financeiros.

Em 30 de junho de 2017, foi aprovada a emissão da 1ª Nota Promissória Comercial, em série única, da Movida Locação de Veículos, com emissão em 30 de junho de 2017, no montante de R\$150,0 milhões com vencimento em 31 de agosto de 2018. A emissão é composta por uma remuneração correspondente a 114% da variação acumulada da taxa DI. O valor nominal unitário das NPs será amortizado em uma única parcela na data de vencimento. Esse financiamento prevê hipóteses de vencimento antecipado usuais, porém não estabelece *covenants* financeiros.

Em 27 de setembro de 2017, foi aprovada a emissão da 1ª Nota Promissória Comercial, em série única, da Movida Gestão e Terceirização de Frotas, com emissão em 29 de setembro de 2017, perfazendo o valor total de R\$150,0 milhões com vencimento em 29 de março de 2019. A emissão é composta por uma remuneração correspondente a 114% da variação acumulada da taxa DI. O valor nominal unitário das NPs será amortizado em uma única parcela na data de vencimento. Esse financiamento conta com aval da Movida Participações S.A. e prevê hipóteses de vencimento antecipado usuais. A NP estabelece os seguintes *covenants* financeiros: manter o índice obtido da divisão da Dívida Financeira Líquida pelo EBITDA igual ou inferior a 3,5 vezes por todo o período das Debêntures, devendo ser apurado considerando o período acumulado dos últimos 12 meses, e o EBITDA igual ou superior a 1,5 vezes a despesa financeira líquida correspondente aos encargos da dívida, acrescidos das variações monetárias, deduzidas as rendas de aplicações financeiras dos últimos 12 meses.

Em 17 de novembro de 2017, foi aprovada a emissão da 1ª Nota Promissória Comercial, em série única, da Movida Participações S.A., com emissão em 17 de novembro de 2017, perfazendo o valor total de R\$131,0 milhões com vencimento em 17 de novembro de 2019. A emissão é composta por uma remuneração correspondente a 116% da variação acumulada da taxa DI. O valor nominal unitário das NPs será amortizado em uma única parcela na data de vencimento. Esse financiamento prevê hipóteses de vencimento antecipado usuais. A NP estabelece os seguintes *covenants* financeiros: manter o índice obtido da divisão da Dívida Financeira Líquida pelo EBITDA igual ou inferior a 3,5 vezes por todo o período das Debêntures, devendo ser apurado considerando o período acumulado dos últimos 12 meses, e o EBITDA igual ou superior a 1,5 vezes a despesa financeira líquida correspondente aos encargos da dívida, acrescidos das variações monetárias, deduzidas as rendas de aplicações financeiras dos últimos 12 meses.

Em 27 de dezembro de 2017, a Movida Locação de Veículos efetuou uma captação por meio do Fundo Constitucional do Nordeste ("FNE"), junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A., no valor de R\$136,7 milhões, ao custo de 8,62% ao ano e vencimento em 30 de junho de 2021. Este financiamento possui pagamento mensal de juros e principal (com três meses de carência). A FNE conta com carta de fiança bancária no montante total do empréstimo. Além disso, o financiamento prevê hipóteses de vencimento antecipado usuais, porém não estabelece *covenants* financeiros.

Em 27 de julho de 2017, foi aprovada a emissão da 1ª Debêntures Simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, com garantia fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Movida Participações, com emissão em 31 de julho de 2017. A Emissão foi realizada em duas séries, sendo que as Debêntures da Primeira Série, com valor total de R\$150 milhões (150.000 debêntures), farão jus a juros remuneratórios correspondentes a 100% da taxa DI, acrescido de 1,55% a.a, com vencimento em 15/07/2020. As Debêntures da Segunda Série, com valor total de R\$250 milhões (250.000 debêntures), farão jus a juros remuneratórios correspondentes a 100% da Taxa DI, acrescido de 2,70% a.a, com vencimento em 15/07/2022. O valor nominal unitário da primeira emissão será amortizado em

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

duas parcelas iguais (50% do valor) em 15 de julho de 2019 e 15 de julho de 2020. Para a segunda emissão, a amortização do principal se dará duas parcelas iguais (50% do valor) em 15 de julho de 2021 e 15 de julho de 2022. A escritura da referida emissão possui cláusulas de vencimento antecipado, destacando-se o estabelecimento de *covenants* financeiros à empresa, a qual deve manter o índice obtido da divisão da Dívida Financeira Líquida pelo EBITDA igual ou inferior a 3,5 vezes por todo o período das Debêntures, devendo ser apurado considerando o período acumulado dos últimos 12 meses, e o EBITDA igual ou superior a 1,5 vezes a despesa financeira líquida correspondente aos encargos da dívida, acrescidos das variações monetárias, deduzidas as rendas de aplicações financeiras dos últimos 12 meses.

Os Diretores da Companhia informam que a dívida bruta total da Companhia era de R\$1.861,0 milhões em 31 de dezembro de 2017, R\$1.040,2 milhões em 31 de dezembro de 2016 e de R\$1.274,0 milhões em 31 de dezembro de 2015.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os Diretores da Companhia informam que em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 a Companhia não possuía quaisquer outras relações de longo prazo com instituições financeiras além daquelas citadas neste Formulário de Referência, nas demonstrações financeiras e notas explicativas.

Os Diretores da Companhia esclarecem ainda que as atuais relações de longo prazo com instituições financeiras têm suprido adequadamente as necessidades de financiamento na expansão do negócio da Companhia. Para o futuro, possíveis relações com instituições financeiras poderão ser desenvolvidas em linha com as estratégias da Companhia.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Nenhuma das dívidas da Companhia existentes em 31 de dezembro de 2016 e de 2017 possui cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre as mesmas. O grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor. As dívidas que são garantidas com garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei. Para informações sobre a natureza e prazo de vencimento das dívidas da Companhia, ver item 3.8 deste Formulário de Referência.

(iv) Eventuais restrições impostas em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

No âmbito da Emissão de Debêntures da Movida GTF, a JSL, controladora da Companhia, deve manter o índice obtido da divisão da Dívida Financeira Líquida pelo EBITDA Ajustado (EBITDA Ajustado) igual ou inferior a 3,5 vezes por todo o período das Debêntures, devendo ser apurado considerando o período acumulado dos últimos 12 meses, e o EBITDA Ajustado (EBITDA Ajustado) igual ou superior a 2 vezes a despesa financeira líquida correspondente aos encargos da dívida, acrescidos das variações monetárias, deduzidas as rendas de aplicações financeiras dos últimos 12 meses.

No âmbito da Emissão de Debêntures Simples da Movida Participações, a Companhia, deve manter o índice obtido da divisão da Dívida Financeira Líquida pelo EBITDA igual ou inferior a 3,5 vezes por todo o período das Debêntures, devendo ser

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

apurado considerando o período acumulado dos últimos 12 meses, e o EBITDA igual ou superior a 1,5 vezes a despesa financeira líquida correspondente aos encargos da dívida, acrescidos das variações monetárias, deduzidas as rendas de aplicações financeiras dos últimos 12 meses. As definições referentes aos conceitos considerados estão abaixo.

- (a) Dívida Financeira Líquida significa o saldo total dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo da Emissora, incluídas as Debêntures, risco sacado e quaisquer outros títulos ou valores mobiliários representativos de dívida subtraídos os valores em caixa e em aplicações financeiras de curto prazo, entendidas como as aplicações financeiras que possuam liquidez até 360 dias; e
- (b) EBITDA Ajustado significa o lucro antes do resultado financeiro, tributos, depreciações, amortizações, imparidade dos ativos e equivalências patrimoniais, acrescido do custo de venda dos ativos utilizados na prestação de serviços, desconsiderando as operações descontinuadas.

A Companhia tem obrigação de dar em garantia, aos debenturistas da 1ª emissão da Movida Participações S.A., alienação fiduciária de veículos *pari passu*, caso exceda mais de 50% de seu ativo imobilizado líquido e bens disponibilizado para venda alienado.

No âmbito das Notas Promissórias emitidas pela Movida Gestão e Terceirização de Frotas S.A. e Movida Participações S.A., a Companhia deve manter o índice obtido da divisão da Dívida Financeira Líquida pelo EBITDA igual ou inferior a 3,5 vezes por todo período das Debêntures, devendo ser apurado considerando o período acumulado dos últimos 12 meses, e o EBITDA igual ou superior a 1,5 vez a despesa financeira líquida correspondente aos encargos da dívida, acrescidos das variações monetárias, deduzidas as rendas de aplicações financeiras dos últimos 12 meses.

(g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Os Diretores da Companhia informam que a Companhia não possui linhas de financiamento contratadas e não sacadas.

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**BALANÇO PATRIMONIAL****Comparação das principais contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016**

ATIVO	31 de dezembro de 2016	AV	31 de dezembro de 2017	AV	AH	R\$
<i>Circulante</i>						
Caixa e equivalentes de caixa	53.576	1,9%	411.381	10,3%	667,8%	357.805
Títulos e valores mobiliários	69.935	2,5%	372.228	9,3%	432,2%	302.293
Contas a receber	215.516	7,7%	157.921	3,9%	-26,7%	(57.595)
Tributos a recuperar	12.891	0,5%	36.179	0,9%	180,7%	23.288
Outros créditos	12.708	0,5%	914	0,0%	-92,8%	(11.794)
Despesas antecipadas	6.020	0,2%	9.107	0,2%	51,3%	3.087
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	191.068	6,8%	170.849	4,3%	-10,6%	(20.219)
Partes relacionadas	3.624	0,1%	1.386	0,0%	-61,8%	(2.238)
Adiantamento de Terceiros	-	0,0%	1.372	0,0%	-	1.372
	565.338	20,3%	1.161.337	29,0%	105,4%	595.999

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Não circulante**

Ativos mantidos para distribuição aos acionistas	4.585	0,2%	-	0,0%	-100,0%	(4.585)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	230	0,0%	18.410	0,5%	7904,3%	18.180
Depósitos judiciais	348	0,0%	833	0,0%	139,4%	485
Contas a receber	-	0,0%	2.528	0,1%	n.a.	2.528
	5.163	0,2%	21.771	0,5%	321,7%	16.608
Imobilizado	2.202.890	79,0%	2.799.625	69,7%	27,1%	596.735
Intangível	16.322	0,6%	23.736	0,6%	45,4%	7.414
	2.219.212	79,5%	2.823.361	70,5%	27,2%	604.149
Total do ativo	2.789.713	100,0%	4.006.469	100,0%	43,6%	1.216.756

PASSIVO

<i>31 de dezembro de 2016</i>	<i>AV</i>	<i>31 de dezembro de 2017</i>	<i>AV</i>	<i>AH</i>	<i>R\$</i>
-------------------------------	-----------	-------------------------------	-----------	-----------	------------

Circulante

Empréstimos e financiamentos	11.559	0,4%	215.776	5,4%	1766,7%	204.217
Risco sacado a pagar - Montadoras	433.100	15,5%	228.769	5,7%	-47,2%	(204.331)
Debêntures	10.418	0,4%	321.943	8,0%	2990,3%	311.525
Arrendamentos financeiros a pagar	56.080	2,0%	57.140	1,4%	1,9%	1.060
Fornecedores	848.919	30,4%	716.062	17,9%	-15,7%	(132.857)
Obrigações trabalhistas	21.221	0,8%	29.142	0,7%	37,3%	7.921
Tributos a recolher	8.130	0,3%	14.849	0,4%	82,6%	6.719
Outras contas a pagar	15.864	0,6%	17.354	0,4%	9,4%	1.490
Partes relacionadas	5.945	0,2%	1.205	0,0%	-79,7%	(4.740)
Dividendos a pagar	85.964	3,1%	13.536	0,3%	-84,3%	(72.428)
	1.497.200	53,7%	1.615.776	40,3%	7,9%	118.576

Não circulante

Passivos mantidos para distribuição aos acionistas	3.585	0,6%	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	172.845	30,3%	632.458	57,2%	265,9%	459.613
Debêntures	298.863	52,4%	398.016	36,0%	33,2%	99.153
Arrendamentos financeiros a pagar	57.321	10,0%	6.938	0,6%	-87,9%	(50.383)
Provisão para demandas judiciais e administrativas	194	0,0%	3.451	0,3%	1678,9%	3.257
Imposto de renda e contribuição social diferidos	37.940	6,6%	64.990	5,9%	71,3%	27.050
	570.748	100,0%	1.105.853	100,0%	93,8%	535.105

Patrimônio líquido

Capital social	715.629	25,7%	1.177.581	29,6%	64,6%	461.952
Reserva de capital	-	0,0%	50.443	1,3%	-	50.443
Reservas de lucros	6.136	0,2%	56.816	1,4%	825,9%	50.680
	721.765	126,5%	1.284.840	116,2%	78,0%	563.075
Total do patrimônio líquido	721.765	126,5%	1.284.840	116,2%	78,0%	563.075

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais*Total do passivo e patrimônio líquido*

2.789.713	488,8%	4.006.469	362,3%	43,6%	1.216.756
-----------	--------	-----------	--------	-------	-----------

Ativo

Os Diretores da Companhia informam que em 31 de dezembro de 2017, o total do ativo apresentou um aumento de R\$1,2 bilhão, ou 43%, passando de R\$2.789,7 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$4.006,5 milhões em 31 de dezembro de 2017, conforme detalhamento abaixo.

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e Valores Mobiliários (curto e longo prazos)

As disponibilidades e aplicações financeiras da Companhia aumentaram em R\$660,1 milhões, ou 534,4%, passando de R\$123,5 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$783,6 milhões em 31 de dezembro de 2017. O saldo final das disponibilidades e aplicações financeiras é decorrente do IPO, captações efetivadas no período compensadas pelas amortizações e capex.

Contas a Receber (curto e longo prazos)

Os Diretores da Companhia informam que as contas a receber diminuíram em R\$55,1 milhões, ou -25,6% passando de R\$215,5 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$157,9 milhões em 31 de dezembro de 2017, derivado da diminuição do prazo médio de recebimento, melhora de cobrança e aumento da provisão de PDD.

Impostos a recuperar (curto e longo prazos)

Os Diretores da Companhia informam que os impostos a recuperar aumentaram em R\$23,3 milhões, ou 180,7%, passando de R\$12,9 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$36,2 milhões em 31 de dezembro de 2017, devido principalmente ao aumento do PIS/COFINS,IRLL e CSLL no período.

Outros créditos

Os Diretores da Companhia informam que os outros créditos diminuíram em R\$11,8 milhões, ou 92,8%, passando de R\$12,7 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$0,9 milhão em 31 de dezembro de 2017, relacionado principalmente a diminuição dos adiantamentos aos fornecedores.

Despesas antecipadas

Os Diretores da Companhia informam que as despesas antecipadas aumentaram em R\$3,1 milhão, ou 51,3% passando de R\$6,0 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$9,1 milhões em 31 de dezembro de 2017, relacionado principalmente com o valor de seguros a apropriar

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Bens disponibilizados para venda (renovação da frota)

Os Diretores da Companhia informam que o saldo diminuiu R\$20,2 milhões, ou 10,6%, passando de R\$191,1 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$170,8 milhões em 31 de dezembro de 2017 devido a redução dos veículos disponíveis para venda como estratégia de melhoria da gestão de capital de giro.

Partes Relacionadas

Os Diretores da Companhia informam que o saldo das transações entre partes relacionadas reduziu R\$2,2 milhões, ou 61,8%, passando de R\$3,6 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$1,4 milhão em 31 de dezembro de 2017, devido ao ressarcimento de despesas, por conta de CSA e locação de veículos.

Imobilizado

Os Diretores da Companhia informam que o imobilizado aumentou em R\$596,7 milhões, ou 27,1% passando de R\$2.202,9 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$2.800,0 milhões em 31 de dezembro de 2017. A variação é relacionada principalmente com o investimento em expansão da frota.

Intangível

Os Diretores da Companhia informam que o intangível apresentou aumento de R\$7,4 milhões, ou 45,4%, passando de R\$16,3 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$23,7 milhões em 31 de dezembro de 2017, principalmente relacionado ao investimento em software no período e ao ágio referente a aquisição da Movida Premium.

Passivo

Empréstimos e financiamentos (curto e longo prazos)

Os Diretores da Companhia informam que o saldo de empréstimos e financiamentos aumentou R\$663,8 milhões, ou 360%, passando de R\$184,4 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$848,2 milhões em 31 de dezembro de 2017. Esse aumento ocorreu em função das novas captações de NP, CCB e debêntures ocorridas no período.

Risco sacado a pagar - Montadoras

Os Diretores da Companhia informam que o saldo de risco sacado a pagar (montadoras) reduziu em R\$204,3 milhões, ou 47,2%, passando de R\$433,1 milhões em 31 de dezembro de 2016, para R\$228,8 milhões em 31 de dezembro de 2017 em função da estratégia da Companhia de diminuir a participação desta linha de financiamento.

Debêntures (curto e longo prazos)

Os Diretores da Companhia informam que o saldo de debêntures aumentou em R\$410,7 milhões, ou 132,8%, passando de R\$309,3 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$720,0 milhões em 31 de dezembro de 2017 devido à primeira captação a mercado através da Movida Participações S.A., como estratégia de alongamento da dívida.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Arrendamento financeiro (curto e longo prazos)

Os Diretores da Companhia informam que as obrigações com arrendamento financeiro reduziram em R\$49,3 milhões, ou 43,5%, passando de R\$113,4 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$64,1 milhões em 31 de dezembro de 2017, devido à amortização de parcelas no período somado a mudança do perfil de financiamento.

Fornecedores

Os Diretores da Companhia informam que em 31 de dezembro 2017, o saldo de fornecedores era de R\$716,1 milhões, diminuição de R\$132,9 milhões, ou 15,7% na comparação com o total de R\$848,9 milhões em 31 de dezembro de 2016, principalmente relacionado ao pico de compras de veículos realizado no final de 2016.

Obrigações trabalhistas

Os Diretores da Companhia informam que as obrigações trabalhistas aumentaram em R\$7,9 milhões, ou 37,3%, passando de R\$21,2 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$29,1 milhões em 31 de dezembro de 2017, em função da expansão no quadro de colaboradores, que passou de 2.602 no final de 2016 para 2.953 em 31 de dezembro de 2017.

Tributos, IR CS a recolher

Os Diretores da Companhia informam que as obrigações tributárias aumentaram em R\$6,7 milhões, ou 82,6%, passando de R\$8,1 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$14,8 milhões em 31 de dezembro de 2017, em função do IRRF, PIS e COFINS.

Outras contas

Os Diretores da Companhia informam que as contas a pagar e adiantamento de clientes aumentaram em R\$1,5 milhão, ou 9,4% passando de R\$15,9 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$17,4 milhões em 31 de dezembro de 2017, relacionado principalmente ao aumento dos valores recebidos antecipadamente a título de venda de veículos seminovos.

Partes Relacionadas

Os Diretores da Companhia informam que o saldo das transações entre partes relacionadas reduziu R\$4,7 milhões, ou - 79,7%, passando de R\$5,9 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$1,2 milhão em 31 de dezembro de 2017. A administração, através de um centro de serviços administrativos, compartilha despesas corporativas entre as empresas do grupo econômico.

Dividendos e juros sobre o capital próprio

Os Diretores da Companhia informam que os dividendos e juros sobre capital próprio a pagar diminuíram R\$72,4 milhões, ou 84,3 passando de R\$86,0 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$13,6 milhões em 31 de dezembro de 2016, devido à efetivação do pagamento dos dividendos no início de 2017 e da contabilização dos juros sobre capital próprio a serem pagos em 2018.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais***Imposto de Renda e contribuição social diferidos***

Os Diretores da Companhia informam que o saldo do Imposto de Renda e contribuição social diferidos aumentou em R\$27,0 milhões, ou 71,3%, passando de R\$37,9 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$65,0 milhões em 31 de dezembro de 2017, oriundo da diferença entre depreciação fiscal e econômica em função da maior base de ativos, somado às diferenças temporárias das operações de leasing financeiro, parcialmente compensado pelos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

Reservas de Capital

Os Diretores da Companhia informam que as reservas de capital foram de R\$50,4 milhões em 31 de dezembro de 2017, e eram inexistentes em 31 de dezembro de 2016, refletindo o aumento de capital da Companhia em função da Oferta Pública de Ações.

Reservas de Lucros

Os Diretores da Companhia informam que as reservas de lucro aumentaram R\$50,7 milhões, ou 826% passando de R\$6,1 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$56,8 milhões em 31 de dezembro de 2017, devido a retenção de lucro de 2017.

Patrimônio Líquido

Os Diretores da Companhia informam que o patrimônio líquido aumentou em R\$563,1 milhões, ou -78,1%, passando de R\$721,8 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$1284,8 milhões em 31 de dezembro de 2017, em função do IPO.

Comparação das principais contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015

<i>ATIVO</i>	<i>31 de dezembro de 2015</i>	<i>AV</i>	<i>31 de dezembro de 2016</i>	<i>AV</i>	<i>AH</i>	<i>R\$</i>
<i>Circulante</i>						
Caixa e equivalentes de caixa	460.579	17,6%	53.576	1,9%	-88,4%	(407.003)
Títulos e valores mobiliários	23.337	0,9%	69.935	2,5%	199,7%	46.598
Contas a receber	183.820	7,0%	215.516	7,7%	17,2%	31.696
Impostos a recuperar	12.599	0,5%	12.891	0,5%	2,3%	292
Outros créditos	3.099	0,1%	12.708	0,5%	310,1%	9.609
Despesas antecipadas	4.678	0,2%	6.020	0,2%	28,7%	1.342
Bens disponibilizados para venda (renovação de frota)	89.554	3,4%	191.068	6,8%	113,4%	101.514
Partes relacionadas	4.386	0,2%	3.624	0,1%	-17,4%	(762)
	<u>782.052</u>	<u>29,9%</u>	<u>565.338</u>	<u>20,3%</u>	<u>-27,7%</u>	<u>(216.714)</u>

Não circulante

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Ativos mantidos para distribuição aos acionistas	155.893	6,0%	4.585	0,2%	-97,1%	(151.308)
Instrumentos financeiros derivativos	15.459	0,6%	-	0,0%	-100,0%	(15.459)
Depósitos judiciais	197	0,0%	348	0,0%	76,6%	151
	171.549	6,6%	5.163	0,2%	-97,0%	(166.386)
Imobilizado	1.652.196	63,1%	2.202.890	79,0%	33,3%	550.694
Intangível	12.813	0,5%	16.322	0,6%	27,4%	3.509
	1.665.009	63,6%	2.219.212	79,5%	33,3%	554.203
Total do ativo	2.618.610	100,0%	2.789.713	100,0%	6,5%	171.103
PASSIVO	31 de dezembro de 2015	AV	31 de dezembro de 2016	AV	AH	R\$
<i>Circulante</i>						
<i>Empréstimos e financiamentos</i>	38.214	1,5%	11.559	0,4%	-69,8%	(26.655)
<i>Risco sacado a pagar - Montadoras</i>	594.153	22,7%	433.100	15,5%	-27,1%	(161.053)
<i>Debêntures</i>	6.333	0,2%	10.418	0,4%	64,5%	4.085
<i>Arrendamento financeiro a pagar</i>	76.806	2,9%	56.080	2,0%	-27,0%	(20.726)
<i>Fornecedores</i>	335.761	12,8%	848.919	30,4%	152,8%	513.158
<i>Obrigações trabalhistas</i>	14.194	0,5%	21.221	0,8%	49,5%	7.027
<i>Obrigações tributárias</i>	8.518	0,3%	8.130	0,3%	-4,6%	(388)
<i>Contas a pagar e adiantamentos</i>	32.295	1,2%	15.864	0,6%	-50,9%	(16.431)
<i>Partes relacionadas</i>	8.205	0,3%	5.945	0,2%	-27,5%	(2.260)
<i>Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar</i>	15.924	0,6%	85.964	3,1%	439,8%	70.040
	1.130.403	43,2%	1.497.200	53,7%	32,4%	366.797
<i>Não circulante</i>						
<i>Passivos mantidos para distribuição aos acionistas</i>	101.110	3,9%	3.585	0,6%	-96,5%	(97.525)
<i>Empréstimos e financiamentos</i>	195.966	7,5%	172.845	30,3%	-11,8%	(23.121)
<i>Debêntures</i>	297.346	11,4%	298.863	52,4%	0,5%	1.517
<i>Arrendamento financeiro a pagar</i>	65.189	2,5%	57.321	10,0%	-12,1%	(7.868)
<i>Provisão para demandas judiciais e administrativas</i>	11	0,0%	194	0,0%	1663,6%	183
<i>Imposto de renda e contribuição social diferidos</i>	30.544	1,2%	37.940	6,6%	24,2%	7.396
<i>Contas a pagar e adiantamentos</i>	3.552	0,1%	-	0,0%	-100,0%	(3.552)
	693.718	26,5%	570.748	100,0%	-17,7%	(122.970)
<i>Patrimônio líquido</i>						
<i>Capital social</i>	624.250	23,8%	715.629	25,7%	14,6%	91.379

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

<i>Reservas de lucros</i>	<u>51.847</u>	<u>2,0%</u>	<u>6.136</u>	<u>0,2%</u>	<u>-88,2%</u>	<u>(45.711)</u>
	<u>676.097</u>	<u>25,8%</u>	<u>721.765</u>	<u>126,5%</u>	<u>6,8%</u>	<u>45.668</u>
<i>Adiantamento para Futuro Aumento de Capital</i>	<u>118.392</u>	<u>4,5%</u>	<u>-</u>	<u>0,0%</u>	<u>-100,0%</u>	<u>(118.392)</u>
<i>Total do patrimônio líquido</i>	<u>794.489</u>	<u>30,3%</u>	<u>721.765</u>	<u>126,5%</u>	<u>-9,2%</u>	<u>(72.724)</u>
<i>Total do passivo e patrimônio líquido</i>	<u>2.618.610</u>	<u>100%</u>	<u>2.789.713</u>	<u>488,8%</u>	<u>6,5%</u>	<u>171.103</u>

Ativo

Os Diretores da Companhia informam que em 31 de dezembro de 2016, o total do ativo apresentou um aumento de R\$171,1 milhões, ou 6,5%, passando de R\$2.618,6 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$2.789,7 milhões em 31 de dezembro de 2016, conforme detalhamento abaixo.

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e Valores Mobiliários (curto e longo prazos)

As disponibilidades e aplicações financeiras da Companhia diminuíram em R\$340,7 milhões, ou 70,4%, passando de R\$483,9 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$123,5 milhões em 31 de dezembro de 2016. O saldo final das disponibilidades e aplicações financeiras é decorrente da geração de caixa das atividades operacionais, e a queda reflete os investimentos realizados no período.

Contas a Receber

Os Diretores da Companhia informam que as contas a receber aumentaram em R\$31,7 milhões, ou 17,2% passando de R\$183,8 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$215,5 milhões em 31 de dezembro de 2016, derivado do crescimento da venda de veículos e serviços.

Impostos a recuperar (curto e longo prazos)

Os Diretores da Companhia informam que os impostos a recuperar aumentaram em R\$0,3 milhão, ou 2,33%, passando de R\$12,6 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$12,9 milhões em 31 de dezembro de 2016, devido principalmente ao aumento do PIS/COFINS no período.

Outros créditos (curto e longo prazos)

Os Diretores da Companhia informam que os outros créditos aumentaram em R\$9,6 milhões, ou 310,1%, passando de R\$3,1 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$12,7 milhões em 31 de dezembro de 2016, relacionado principalmente ao aumento dos adiantamentos aos fornecedores.

Despesas antecipadas

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os Diretores da Companhia informam que as despesas antecipadas aumentaram em R\$1,3 milhão, ou 28,7% passando de R\$4,7 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$6,0 milhões em 31 de dezembro de 2016, relacionado principalmente com o valor de IPVA a apropriar.

Bens disponibilizados para venda (renovação da frota)

Os Diretores da Companhia informam que o saldo aumentou R\$101,5 milhões, ou 113,4%, passando de R\$89,6 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$191,1 milhões em 31 de dezembro de 2016 devido ao aumento da frota total, que passou de 52.723 veículos em 2015 para 64.223 veículos em 31 de dezembro de 2016.

Partes Relacionadas

Os Diretores da Companhia informam que o saldo das transações entre partes relacionadas reduziu R\$0,8 milhão, ou 17,4%, passando de R\$4,4 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$3,6 milhão em 31 de dezembro de 2016, devido ao ressarcimento de despesas, venda de ativos e pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio.

Ativos mantidos para distribuição aos acionistas

Os Diretores da Companhia informam que o saldo dos ativos mantidos para distribuição aos acionistas diminuiu R\$151,3 milhões, ou 97,1%, passando de R\$155,9 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$4,6 milhões em 31 de dezembro de 2016, reflexo das últimas etapas da reestruturação societária aprovada em novembro de 2015 que movimentou ativos então da Movida GTF, para outras empresas do mesmo grupo econômico através de cisão parcial.

Imobilizado

Os Diretores da Companhia informam que o imobilizado aumentou em R\$550,7 milhões, ou 33,3% passando de R\$1.652,2 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$2.202,9 milhões em 31 de dezembro de 2016. A variação é relacionada principalmente com o investimento em expansão da frota.

Intangível

Os Diretores da Companhia informam que o intangível apresentou aumento de R\$3,5 milhões, ou 27,4%, passando de R\$12,8 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$16,3 milhões em 31 de dezembro de 2016, principalmente relacionado ao investimento em software no período.

Passivo

Empréstimos e financiamentos (curto e longo prazos)

Os Diretores da Companhia informam que o saldo de empréstimos e financiamentos reduziu R\$49,8 milhões, ou 21,3%, passando de R\$234,2 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$184,4 milhões em 31 de dezembro 2016. Essa queda ocorreu em função das amortizações ocorridas no período.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais***Risco sacado a pagar - Montadoras***

Os Diretores da Companhia informam que o saldo de risco sacado a pagar (montadoras) reduziu em R\$161,1 milhões, ou 27,1%, passando de R\$594,2 milhões em 31 de dezembro de 2015, para R\$433,1 milhões em 31 de dezembro de 2016 em função da liquidação das obrigações antigas, parcialmente compensadas pelas novas contratações.

Debêntures (curto e longo prazos)

Os Diretores da Companhia informam que o saldo de debêntures aumentou em R\$5,6 milhões, ou 1,8%, passando de R\$303,7 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$309,3 milhões em 31 de dezembro de 2016 devido à apropriação de juros.

Arrendamento financeiro (curto e longo prazos)

Os Diretores da Companhia informam que as obrigações com arrendamento financeiro reduziram em R\$28,6 milhões, ou 20,1%, passando de R\$142,0 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$113,4 milhões em 31 de dezembro de 2016, devido à amortização de parcelas no período.

Fornecedores

Os Diretores da Companhia informam que em 31 de dezembro 2016, o saldo de fornecedores era de R\$848,9 milhões, aumento de R\$513,1 milhões, ou 152,8% na comparação com o total de R\$335,8 milhões em 31 de dezembro de 2015, principalmente relacionado com as negociações com montadoras, reflexo do investimento em expansão e renovação da frota operacional.

Obrigações trabalhistas

Os Diretores da Companhia informam que as obrigações trabalhistas aumentaram em R\$7,0 milhões, ou 49,5%, passando de R\$14,2 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$21,2 milhões em 31 de dezembro de 2016, em função da expansão no quadro de colaboradores, que passou de 1.948 no final de 2015 para 2.602 em 31 de dezembro de 2016.

Obrigações tributárias

Os Diretores da Companhia informam que as obrigações tributárias decresceram em R\$0,4 milhão, ou 4,6%, passando de R\$8,5 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$8,1 milhões em 31 de dezembro de 2016, em função da diminuição de gastos com IRRF E IRPJ/CSLL.

Contas a pagar e adiantamento de clientes (curto e longo prazos)

Os Diretores da Companhia informam que as contas a pagar e adiantamento de clientes reduziram em R\$20,0 milhões, ou 55,7% passando de R\$35,8 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$15,9 milhões em 31 de dezembro de 2016, relacionado principalmente à diminuição da conta de adiantamento de clientes, que se refere aos valores recebidos antecipadamente a título de venda de veículos seminovos.

Partes Relacionadas

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Os Diretores da Companhia informam que o saldo das transações entre partes relacionadas reduziu R\$2,3 milhões, ou 27,5%, passando de R\$8,2 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$5,9 milhão em 31 de dezembro de 2016. A administração, através de um centro de serviços administrativos, compartilha despesas corporativas entre as empresas do grupo econômico.

Passivos mantidos para distribuição aos acionistas

Os Diretores da Companhia informam que o saldo dos passivos mantidos para distribuição aos acionistas diminuiu R\$97,5 milhões, ou 96,5% passando de R\$101,1 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$3,6 milhões em 31 de dezembro de 2016, reflexo das últimas etapas da reestruturação societária aprovada em novembro de 2015 que movimentou ativos então da Movida GTF, para outras empresas do mesmo grupo econômico através de cisão parcial.

Dividendos e juros sobre o capital próprio

Os Diretores da Companhia informam que os dividendos e juros sobre capital próprio a pagar aumentaram R\$70,0 milhões, ou 439,8% passando de R\$15,9 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$86,0 milhões em 31 de dezembro de 2016, devido à contabilização de dividendos a pagar.

Imposto de Renda e contribuição social diferidos

Os Diretores da Companhia informam que o saldo do Imposto de Renda e contribuição social diferidos aumentou em R\$7,4 milhões, ou 24,2%, passando de R\$30,5 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$37,9 milhões em 31 de dezembro de 2016, oriundo da diferença entre depreciação fiscal e econômica em função da maior base de ativos, somado às diferenças temporárias das operações de leasing financeiro, parcialmente compensado pelos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

Reservas de Lucros

Os Diretores da Companhia informam que as reservas de lucro diminuíram R\$45,7 milhões, ou 88,2% passando de R\$51,8 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$6,1 milhões em 31 de dezembro de 2016, devido ao pagamento de dividendos.

Patrimônio Líquido

Os Diretores da Companhia informam que o patrimônio líquido diminuiu em R\$72,7 milhões, ou 9,2%, passando de R\$794,5 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$721,8 milhões em 31 de dezembro de 2016, refletindo a diminuição nas reservas de lucros e a distribuição de dividendos.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**(a) Resultados das operações da Companhia, incluindo (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita e (ii) fatores que afetam materialmente os resultados operacionais**

As principais fontes de receita da Companhia são decorrentes do resultado de suas atividades operacionais, que consistem em (i) locação de veículos (segmentos de RAC e GTF); (ii) venda de ativos utilizados para locação de veículos.

A receita de RAC é derivada do volume de diárias e do preço médio por diária, a qual varia de acordo com o prazo de locação, classe de veículos e serviços adicionais. A receita de GTF é oriunda de um valor de locação mensal, baseado no valor do carro e no prazo do contrato. A receita de venda de ativos é reflexo do volume de carros vendidos e preço médio.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Dessa forma, apresenta-se a seguir os principais fatores que afetaram os principais componentes do resultado (i) no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 e (ii) no período entre 10 de outubro de 2016 (data de constituição) e 31 de outubro de 2015.

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016

Destaques Financeiros (R\$ milhões)	Exercícios Encerrados em					
	31 de dezembro de 2016	AV (%)	31 de dezembro de 2017	AV (%)	Var. %	Var. R\$
Receita Bruta Total	1.930,4	102,0%	2.586,9	134,0%	+34,0%	656,5
RAC	685,5	36,2%	903,2	79,6%	+31,8	217,7
GTF	206,1	10,9%	231,3	20,4%	+12,2%	25,5
Seminovos	1.038,8	54,9%	1.452,4	56,1%	+39,8%	413,6
Receita Líquida Total	1.893,2	100,0%	2.468,0	100,0%	+30,4%	574,9
RAC	661,1	34,9%	817,1	33,1%	+23,6%	156,0
GTF	196,1	10,4%	200,9	8,1%	+2,4%	4,8
Seminovos	1.036,0	54,7%	1.450,1	58,8%	+40,0%	414,1
Custo Total	(1.448,9)	-76,5%	(1.823,1)	115,8%	+15,8%	(269,3)
Custo com Prestação de Serviços	(475,4)	32,8%	(446,7)	20,2%	-6,0%	28,7
Custo de Vendas de Ativos	(973,5)	67,2%	(1.376,4)	62,1%	41,4%	(402,9)
Lucro Bruto Total	444,3	23,5%	644,9	145,2%	+45,2%	200,6
Lucro Bruto de Prestação de Serviços	381,8	85,9%	571,2	88,6%	49,6%	189,5
Lucro Bruto de Vendas de Ativos	62,5	14,1%	73,7	11,4%	17,9%	11,2
Margem Bruta	23,0%	N.A.	26,1%	N.A.	+0,1 p.p.	N.A.
<i>Margem Bruta de Prestação de Serviços</i>	<i>44,5%</i>	<i>N.A.</i>	<i>56,1%</i>	<i>N.A.</i>	<i>+11,6 p.p.</i>	<i>N.A.</i>
<i>Margem Bruta de Vendas de Ativos</i>	<i>6,0%</i>	<i>N.A.</i>	<i>5,1%</i>	<i>N.A.</i>	<i>-0,9 p.p.</i>	<i>N.A.</i>
Despesas Operacionais Antes do Resultado Financeiro	(253,0)	-13,4%	(392,8)	-15,9%	55,3%	-139,8

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Resultado Operacional	191,3	10,1%	252,1	10,2%	31,8%	60,8
Resultado Financeiro Líquido	(141,9)	-7,5%	(161,8)	-6,6%	14,0%	-19,9
Lucro antes das provisões tributárias	49,4	2,6%	90,3	3,7%	83,0%	41,0
Impostos e contribuições sobre o lucro	(17,2)	-0,9%	(24,6)	N.A	42,8%	-7,4
Lucro Líquido Total	32,2	1,7%	65,7	2,7%	104,4%	33,6
Margem Líquida das Operações Continuadas	1,7%	N.A	2,7%	N.A	+1,0 p.p.	N.A.
Operações a serem distribuídas aos acionistas	7,5	0,4%	-	N.A	-100,0%	-7,5
Lucro Líquido do exercício	39,7	2,1%	65,7	N.A.	65,6%	26,0
Margem Líquida Total	2,1%	N.A	2,7%	N.A	+0,6 p.p.	N.A..
EBITDA Total	269,1	14,2%	326,3	13,2%	21,2%	57,2
Margem EBITDA Total¹	31,4%	N.A	32,1%	N.A	+0,7 p.p.	N.A..

¹EBITDA dividido pela receita líquida de serviço do período (considerando as operações descontinuadas).

Receita Bruta Total

A receita bruta total da Movida foi de R\$2.586,9 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, de R\$1.930,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, o que representou um aumento de R\$656,5 milhões, ou 34,0%.

A variação da receita bruta da Companhia pode ser explicada pelos motivos abaixo:

- Aumento de 39,8%, ou R\$413,6 milhões na receita bruta de Seminovos, que passou de R\$1.038,8 milhões em 2016 para R\$1.452,4 milhões em 2017, refletindo o aumento 23,3% no número de carros vendidos passando de 32.154 veículos em 2016 para 39.641 em 2017.
- Aumento de 31,8%, ou R\$217,7 milhões na receita bruta da linha de negócios de RAC, que passou de R\$685,5 milhões para R\$903,2 milhões no período, fruto principalmente da adição de mais de 11.701 mil carros na frota total entre dezembro de 2016 e 2017, aliado a melhores taxas de ocupação refletindo em maior ocupação.
- Na linha de negócios de GTF a receita bruta subiu 12,2%, de R\$206,1 milhões em 2016 para R\$231,3 milhões em 2017, redução de 2,5% na frota operacional, devido à mudança de perfil no fechamento de contratos de GTF, buscando um maior ticket por carro.

Deduções da Receita Bruta

Compostas por impostos sobre vendas, principalmente PIS e COFINS, descontos concedidos e devoluções, os Diretores da Companhia informam que as deduções da receita bruta de serviços foram R\$118,8 milhões em 2017, crescimento de R\$19,1 milhões, ou 19,1%, devido ao crescimento da receita bruta.

Receita Líquida

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

A receita líquida totalizou R\$2.468,0 milhões em 2017, em comparação com R\$1.830,6 milhão em 2016. Esse aumento de R\$574,9 milhões, ou 30,4%, se deu em razão dos pontos acima expostos, além da diferença entre as taxas de crescimento das receitas *versus* as taxas de crescimento das deduções.

Receita (R\$ milhões)	Exercícios Encerrados em					
	31 de dezembro de 2016	AV (%)	31 de dezembro de 2017	AV (%)	Var. %	Var. R\$
Receita Bruta Total	1.930,4	100,0%	2.586,9	100,0%	34,0%	656,5
RAC	685,5	76,9%	903,2	79,6%	31,8%	217,7
GTF	206,1	23,1%	231,3	20,4%	12,2%	25,2
Seminovos	1.038,8	53,8%	1.452,4	56,1%	39,8%	413,6
Deduções	(37,2)	100,0%	(118,8)	100,0%	+219,6%	(81,7)
Receita Líquida	1.893,2	100,0%	2.468,0	100,0%	30,4%	574,9
RAC	661,1	34,9%	817,1	33,1%	23,6%	156,0
GTF	196,1	10,4%	200,9	8,1%	2,4%	4,8
Seminovos	1.036,0	54,7%	1.450,1	58,8%	40,0%	414,1

Custos e despesas

Os custos e despesas da Movida totalizaram R\$2.215,9 milhões em 2017, devido ao andamento das operações da Companhia e do custo com venda de ativo, conforme descrito abaixo:

Custos e Despesas (em R\$ milhões)	Exercícios Encerrados em					
	31 de dezembro de 2016	AV (%)	31 de dezembro de 2017	AV (%)	Var. %	Var. RS
Total	(1.701,9)	100,0%	(2.215,9)	100,0%	+30,2%	(514,0)
Custos com Prestação de Serviços	(475,4)	27,9%	(446,7)	20,2%	-6,0%	28,7
Depreciação	(77,8)	4,6%	(74,2)	3,3%	-4,7%	3,6
Outros	(397,6)	23,4%	(372,5)	16,8%	-6,3%	25,1
Custo de Venda de ativos	(973,5)	57,2%	(1.376,4)	62,1%	41,4%	(402,9)
Despesas	(253,0)	14,9%	(392,8)	17,7%	55,3%	(139,8)

Custo com prestação de serviços

O custo com prestação dos serviços foi de R\$446,7 milhões em 2017, em comparação com R\$475,4 milhões em 2016. Essa queda de R\$28,7 milhões, ou 6,0%, dado que durante 2017 não houve alterações significativas na quantidade de lojas de RAC. A redução do custo com depreciação é justificada pela redução na taxa de depreciação dos veículos de RAC e GTF ocorrida no fim de 2016.

Custo com vendas de ativos

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

O custo com venda de ativos foi de R\$1.376,4 milhões em 2017, em comparação com R\$973,5 milhões de 2016. Esse aumento de R\$402,9 milhões, ou 41,1%, se deu em razão do aumento na quantidade de veículos vendidos.

Lucro Bruto

A Movida registrou lucro bruto de R\$644,9 milhões em 2017, sendo a margem bruta de 26,1%, em comparação com R\$469,0 milhões em 2016. Esse aumento de R\$200,6 milhões, ou 42,2% se deu em razão da expansão das receitas, conforme explicado anteriormente.

Lucro Bruto Total (em R\$ milhões)	Exercícios Encerrados em					
	31 de dezembro de 2016	AV (%)	31 de dezembro de 2017	AV (%)	Var. %	Var. R\$
Lucro Bruto Total	444,3	100,0%	644,9	145,2%	+45,2%	200,6
<i>Margem Bruta Total</i>	<i>23,5%</i>	<i>N.A</i>	<i>26,1%</i>	<i>N.A.</i>	<i>+2,7 p.p.</i>	<i>N.A.</i>

Despesas Operacionais Antes do Resultado Financeiro

As Despesas Operacionais Antes do Resultado Financeiro totalizaram R\$392,8 milhões em 2017, em comparação com R\$253,0 milhões em 2016. Esse aumento de R\$139,8 milhões, ou 55,3% se deu principalmente em razão do aumento de carros roubados e venda de carros batidos, do incremento de despesas devido ao aumento da estrutura administrativa.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido apresentou um crescimento na despesa financeira líquida de R\$19,9 milhões, ou 14,0%, entre 2016 e 2017. O saldo passou de uma despesa de R\$141,9 milhões para R\$161,8 milhões, reflexo do aumento da dívida bruta somado ao carregamento negativo do caixa depois das captações efetuadas em 2017.

Resultado Financeiro (em R\$ milhões)	Exercícios Encerrados em					
	31 de dezembro de 2016	AV (%)	31 de dezembro de 2017	AV (%)	Var. %	Var. R\$
Resultado Financeiro	(141,9)	100,0%	(161,8)	100,0%	+14,0%	(19,9)
Receitas Financeiras	50,4	-35,5%	55,9	-34,5%	+10,8%	5,5
Despesas Financeiras	(192,4)	135,5%	(217,7)	134,5%	+13,2%	(25,3)

Lucro antes dos Impostos

O lucro antes dos impostos foi de R\$90,3 milhões em 2017, em comparação com R\$49,4 milhões de 2016. Este aumento de R\$41,0 milhões, ou 83,0% se deu principalmente em função do aumento da escala da Companhia somado a melhoras nas margens brutas das operações de serviços.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para imposto de renda e contribuição social e créditos tributários diferidos foi R\$24,6 milhões em 2016 e R\$17,2 milhões em 2016. Esse movimento se deu em razão do prejuízo fiscal gerado no período, refletido na linha de créditos tributários.

Lucro Líquido e EBITDA

O Lucro Líquido total foi de R\$65,7 milhões, com margem líquida sob receita de serviços de 6,5%, em comparação com R\$32,2 milhões em 2016. Esse aumento de 104% se deu em razão dos fatores explicados acima. Houve um aumento de 2,4 p.p, na margem líquida, passando de 4,0% nos em 2016 para 6,5% em 2017, reflexo, além dos impactos financeiros, do aumento da participação de vendas de ativos, que possui margens menores do que as de prestação de serviços. O EBITDA aumentou R\$57,2 milhões, ou 21,2%, passando de R\$269,1 milhões em 2016 para R\$326,3 milhões em 2017.

Lucro Líquido do Exercício e EBITDA (milhões)	(em R\$)	Exercícios Encerrados em					
		31 de dezembro de 2016	AV (%)	31 de dezembro de 2017	AV (%)	Var. %	Var. R\$
Lucro antes dos Impostos		49,4	153,5%	90,3	137,4%	+83,0%	41,0
Provisão para IR e CS e Diferido		(17,2)	-53,5%	(24,6)	-37,4%	+42,8%	(7,4)
Lucro líquido do exercício das operações continuadas		32,2	100,0%	65,7	100,0%	+104,4%	33,6
Margem Líquida		1,7%	N.A	2,7%	N.A	+1,0 p.p.	N.A
Operações a serem distribuídas aos acionistas		7,5	23,4%	N.A	N.A	N.A	N.A
Lucro líquido do exercício		39,7	123,4%	66,5	101,1%	+67,4%	26,8
Margem Líquida		2,1%	N.A	2,7%	N.A	+0,6 p.p.	N.A
EBITDA		269,1	836,8%	326,3	496,3%	+21,2%	57,2
Margem EBITDA ¹		31,4%	N.A	32,1%	N.A	+0,7 p.p.	N.A

¹EBITDA dividido pela receita líquida de serviços do período (considerando as operações descontinuadas).

(b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os Diretores da Companhia informam que as principais variações das receitas estão relacionadas ao crescimento das atividades e de ajustes de preços face às condições de mercado.

Os Diretores da Companhia esclarecem que não foram constatadas variações nas receitas diretamente decorrentes das modificações de taxas de câmbio, dado que os contratos são precificados em Reais.

(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e financeiro da Companhia

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Em decorrência dos financiamentos obtidos no último exercício social, um dos principais indexadores da Companhia é o CDI. Dessa maneira, um aumento ou diminuição do CDI poderá impactar o montante dos juros a ser pago da dívida da Companhia. Os Diretores da Companhia esclarecem que a variação positiva do CDI no último exercício social impactou negativamente a Companhia devido ao aumento do custo de dívida.

A Companhia possui ainda, em menor parte, contratos de financiamento (Finame) atrelados à TJLP, fazendo com que os juros desses financiamentos sejam impactados por oscilações na TJLP. Os Diretores da Companhia esclarecem que a variação da TJLP no último exercício social e no exercício corrente impactou negativamente a Companhia devido ao aumento dessas taxas.

Por fim, os Diretores da Companhia esclarecem que no último exercício social e no exercício social corrente, não houve nenhum impacto que represente montante relevante em função da inflação, tão pouco da variação de preços dos insumos (combustível, peças e manutenção, dentre outros) ou do câmbio, tendo em vista que, apesar de a Companhia ter contratado novos empréstimos em moeda estrangeira, a Companhia faz um *swap* trocando a variação cambial pela variação do CDI.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**(a) Introdução ou alienação de segmento operacional**

Os Diretores da Companhia informam que não houve introdução ou alienação de um novo segmento operacional.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 11 de outubro de 2017, a Movida adquiriu 100% do capital social da BVHD Locação de Veículos e Serviços Ltda. por R\$4.334, obtendo o controle da adquirida. A BVHD atuava sob a marca "Fleet Services", após a aquisição a mesma passou a atuar sob a marca "Movida Premium", localizada no município e cidade de São Paulo, a controlada presta serviços no segmento de locação corporativa de veículos de luxos possuindo uma frota de 153 veículos, com alto valor agregado. Como resultado da aquisição, espera-se que a Movida aumente sua presença no mercado de aluguel de carros de luxos e reduza custos e despesa da Movida.

Surge da aquisição: mais valia de R\$1.665, intangível de R\$505 alocados como contrato de clientes e ágio no valor de R\$1.278. Espera-se que o ágio reconhecido seja dedutível para fins de imposto de renda.

O valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos para efeito de determinação da alocação do preço pago na aquisição conforme laudo elaborado com a data base de setembro de 2017 e está demonstrado a seguir:

Ativo	Valor Contábil	Ajuste de Valor Justo	Valor Justo na data da aquisição
Caixa e equivalentes de caixa	393		393
Imobilizado	15.571	1.665	17.236
Intangível	7	505	512
Demais ativos	914	-	914
Total do ativo	16.885	2.170	19.055
Passivo			
Fornecedores	495	-	495
Empréstimos e financiamentos	14.965		14.965
Demais passivos	538		538
Total do passivo	15.998	-	15.998
Total ativo do líquido			3.057

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Valor justo da contraprestação paga	4.335
Ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)	1.278

i) O valor da contraprestação paga foi determinado, em junho de 2017, da seguinte forma:

Valores contraprestação

Valor pago conforme contrato	22.000
(-) Dívida com empréstimos (deduzida do pagamento)	(17.532)
(-) Dívida da vendedora com a compradora (deduzida do pagamento)	(465)
Caixa líquido	332
TOTAL DAS CONTRAPRESTAÇÕES	4.335
Reserva de contingência	(570)
Contraprestação líquida em 2018	3.765

O montante de R\$570 ficará retido pela Movida Participações pelo prazo de 6 anos, como garantia de contingência. Na data da aquisição não havia valores reconhecidos de provisão de contingência na adquirida.

ii) Impacto das combinações de negócios

As combinações de negócios de 2017 contribuíram com receita líquida de R\$2.180 e resultado líquido de R\$485 da data de aquisição até 31/12/2017 no resultado consolidado. Se a aquisição tivesse ocorrido no início do exercício de 2017, as receitas líquidas consolidadas para este ano seriam aumentadas em R\$9.084 e o lucro líquido consolidado do exercício seria reduzido em R\$1.645.

iii) Custo da negociação

Os custos para aquisição da Movida Premium foram de R\$140.

(c) Eventos ou operações não usuais

Em novembro de 2015, com o objetivo de estruturar os negócios do grupo, a administração da Companhia autorizou o início dos planos de ações para uma reestruturação societária com a transferência de ativos e passivos da unidade de negócio de pesados e logística, que estão na Movida GTF, para outras empresas do mesmo grupo econômico através de cisão parcial.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

O objetivo da referida operação é readequar as suas linhas de negócio com a alocação dos ativos e passivos para as empresas que desenvolvem atividades correspondentes.

Abaixo são demonstrados os valores de ativos e passivos que se referem a veículos pesados e os passivos vinculados à operação:

Ativo	2017	2016	2015	Passivo	2017	2016	2015
Circulante							
Contas a receber	-	-	12.005	Empréstimos e financiamentos	-	-	14.912
Despesas antecipadas	-	-	18	Fornecedores	-	-	3.866
				Contas a pagar e adiantamentos	-	-	129
				Arrendamento financeiro a pagar	-	-	6.850
	-	-	12.023		-	-	25.757
Não circulante				Não circulante			
Imobilizado	-	4.585	143.870	Empréstimos e financiamentos	-	3.585	74.287
				Arrendamento financeiro a pagar	-	-	1.066
Total do ativo	-	4.585	155.893	Total do passivo	-	3.585	101.110

A demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 estão apresentados a seguir:

	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Receita líquida da prestação de serviços e da venda de ativos	30.561	48.026	57.874
(-) Custo da prestação de serviços	(18.612)	(22.588)	(30.416)
(-) Custo da venda de ativos	(10.855)	(3.078)	(807)
(=) Custo total	(29.467)	(25.666)	(31.223)
(=) Lucro bruto	1.094	22.360	26.651
Despesas administrativas e comerciais	(7)	(3.239)	(1.234)
Outras (despesas) e receitas operacionais, líquidas	(11)	17	100
Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras	1.076	19.138	25.517
Receitas financeiras	20	734	863
Despesas financeiras	-	(7.660)	(8.140)
(=) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.096	12.212	18.240
Impostos e contribuições sobre o lucro	(372)	(4.675)	(4.903)
(=) Lucro líquido do exercício	724	7.537	13.337

A demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2016 estão apresentados a seguir:

Fluxo de caixa das atividades operacionais	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
Lucros antes do imposto de renda	1.096	12.212	18.240
Ajustes para:	11.350	8.996	10.081
Depreciações / amortizações	495	5.918	9.274

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Custo de venda de ativos utilizados na prestação de serviços	10.855	3.078	807
Variações nos ativos e passivos circulantes e não circulantes	-	8.029	(49.432)
Decréscimo (acrécimo) em ativos			
Contas a receber	-	12.005	(1.528)
Despesas antecipadas	-	18	1.235
(Decréscimo) acréscimo em passivos			
Fornecedores	-	(3.865)	(49.268)
Contas a pagar e adiantamentos	-	(129)	129
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	12.446	29.237	(21.111)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de ativo imobilizado	-	130.289	(5.335)
Aumento / (Redução) em empréstimos e financiamentos, líquidos	(3.585)	(93.531)	8.418
Caixa líquido gerado (aplicado nas) atividades de investimento	(3.585)	36.758	3.083
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	8.861	65.995	(18.028)

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis**

A partir de 01 de janeiro de 2017, a Movida passou a apresentar os créditos de PIS e COFINS sobre aquisição de insumos e encargos de depreciação como créditos redutores dos custos dos produtos e serviços vendidos, para melhor refletir as naturezas dos respectivos crédito e despesas. Em 2016 os créditos eram apresentados líquidos na linha deduções das receitas com vendas de produtos e serviços.

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Os Diretores da Companhia informam que, exceto pelo indicado acima na letra (a), por não haver mudanças relevantes nas práticas contábeis, eventuais impactos de divulgação ou valores já foram considerados nas próprias Demonstrações Financeiras.

(c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Em 2017 não há nenhuma ressalva feita pelos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

Os Diretores da Companhia informam que mantém a prática da revisão de suas políticas contábeis e de avaliação de suas estimativas, em consonância com as principais práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendendo as incluídas na legislação societária, nos pronunciamentos técnicos e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovada pela CVM.

Portanto, informam que a preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Estas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada exercício e potenciais alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.

Os Diretores da Companhia informam que julgamentos, estimativas e premissas contábeis a seguir apresentados são significativas:

a. Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

b. Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco de ajuste no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir.

b.1 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

b.2 Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dada a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constituiu provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

b.3 Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando-se técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Para as operações de *swap*, as posições ativas e passivas são calculadas pela Companhia de forma independente, utilizando a metodologia de marcação a mercado de acordo com as taxas praticadas e verificadas em divulgações do site da BM&F, Broadcast e Bloomberg. No caso de não existir negociação para o prazo do portfólio da Companhia, é utilizada a metodologia de interpolação para encontrar as taxas referentes aos prazos específicos (Nível 1). Em ambos os casos, é calculado o valor presente dos fluxos. A diferença entre os valores a pagar e a receber e o valor justo das operações na data de apresentação do relatório é registrado na rubrica de Instrumentos financeiros derivativos.

b.4 Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa

A Companhia e suas Controladas avaliam no final de cada período se há evidência de que a qualidade do crédito do ativo financeiro é considerada deteriorada. A companhia tem como política a constituição de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa com base no histórico de inadimplência e análise individual dos clientes considerados com risco de inadimplir, especificamente aqueles com títulos vencidos há mais de 90 dias. Estão sendo excluídos desta política os valores a receber referentes a valores julgados recebíveis por estarem vinculados a garantias reais e/ou em fase de negociação por parte da área comercial da Companhia e de suas Controladas. Caso o valor originalmente provisionado seja recebido, a Companhia efetua uma reversão da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa. Quando não há expectativa de recebimento dos valores, a Companhia reconhece a perda efetiva dos títulos, revertendo igualmente a provisão constituída.

b.5 Taxas de depreciação do imobilizado e valor residual

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

A depreciação dos veículos é calculada usando o método linear, considerando os seus custos e os seus valores residuais durante a vida útil estimada pela Companhia e suas Controladas. Caso o valor a depreciar dos veículos seja subestimado, o valor residual dos veículos e ficaria superior ao valor de mercado, o que levaria ao reconhecimento de perda quando da venda dos mesmos. Superestimar o valor a depreciar dos veículos, por outro lado, poderia acarretar aumento no valor dos aluguéis aos clientes, o que reduziria a competitividade da Companhia. As construções e benfeitorias em imóveis de terceiros são amortizadas durante o prazo de vigência do contrato de locação e considerando a expectativa de renovação, quando a Administração pretende exercer esse direito, e de acordo com os termos dos contratos. Ativos adquiridos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios. Os terrenos e as construções em andamento não são depreciados ou amortizados. A Companhia e suas Controladas efetuam, anualmente, revisões do prazo de vida útil estimada e do valor residual dos bens ajustando sua taxa de depreciação caso seja apropriado.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**(a) Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)**

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem ativos ou passivos não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

Não existem ativos ou passivos que não são evidenciados nas demonstrações financeiras, balanços patrimoniais e demonstrações de resultado da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**(a) Investimentos****(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

Os Diretores da Companhia informam que foram investidos R\$2,1 bilhões em 2017, sendo composto principalmente por R\$507,2 milhões dedicados exclusivamente a expansão do negócio, sendo R\$506,7 milhões em frota e R\$0,4 milhão em novos pontos, além de R\$1,6 bilhão em renovação de frota.

Neste sentido, os Diretores da Companhia esclarecem que a maior parte do plano de investimentos da Companhia incluiu a expansão e renovação de ativos móveis, basicamente veículos leves.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

A Companhia utiliza-se de prazo com os fornecedores – montadoras, linhas de capital de giro e emissões de valores mobiliários no mercado nacional, recursos próprios e em menor escala o *leasing* financeiro para a aquisição dos ativos móveis.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Em novembro de 2015, com o objetivo de estruturar os negócios do grupo, a administração da Companhia aprovou o início dos planos de ações para uma reestruturação societária com a transferência de ativos e passivos da unidade de negócio de pesados e logística, que estavam na Movida GTF, para outras empresas do mesmo grupo econômico através de cisão parcial. O objetivo da referida operação foi readequar as suas linhas de negócio com a alocação dos ativos e passivos para as empresas que desenvolvem atividades correspondentes. Para mais informações, veja o item 15.7 deste Formulário de Referência.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável à Companhia.

(c) Novos produtos e serviços

Não aplicável à Companhia, uma vez que não há previsão de introdução de novos produtos e serviços.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Não aplicável à Companhia.